



ACADEMIA MILITAR

Sistema de Equitação Militar: Um Estudo Comparativo

Aspirante de Cavalaria Miguel Ângelo Arsénio Rosa

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires

Coorientadora: Professora Doutora Olga Duarte

Júri

Presidente: Professor Auxiliar Manuel do Carmo

Arguente: Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Pombeiro

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Cavalaria Jorge Marques

junho de 2025



ACADEMIA MILITAR

Sistema de Equitação Militar: Um Estudo Comparativo

Aspirante de Cavalaria Miguel Ângelo Arsénio Rosa

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires

Coorientadora: Professora Doutora Olga Duarte

Júri

Presidente: Professor Auxiliar Manuel do Carmo

Arguente: Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Pombeiro

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Cavalaria Jorge Marques

junho de 2025

EPÍGRAFE

“No hour of life is wasted
that is spent in the saddle.”

Winston Churchill

DEDICATÓRIA

À minha família pelo apoio incondicional

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada só foi possível graças ao contributo, apoio e incentivo de várias pessoas e entidades, a quem quero expressar o meu mais sincero agradecimento.

Ao meu Diretor de curso, Tenente-Coronel de Cavalaria Jorge Marques, por tudo o que nos transmitiu nestes últimos anos e pela ajuda durante a realização deste trabalho de investigação.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires, pelo acompanhamento, disponibilidade e ajuda em todo o decorrer da investigação em especial nas partes técnicas da investigação.

À coorientadora, Professora Doutora Olga Duarte, que prontamente se disponibilizou em coorientar a investigação.

A todos os entrevistados, Coronel Teles Grilo, Coronel Cruz Silva, Coronel Gomes da Silva, Tenente-Coronel Marianito, Major Carvalho e Major Salavessa pela disponibilidade e contributos para a investigação.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Carlos Narciso pela ajuda prestada no delineamento da investigação

À minha família, pela paciência, apoio incondicional e compreensão ao longo de todas as etapas deste processo. Sem o vosso suporte, nada disto teria sido possível.

Aos meus camaradas e amigos, pelas palavras de encorajamento, pela partilha de desafios e pela amizade sincera que me acompanhou nos momentos mais exigentes.

Por fim, a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste trabalho, fica a minha mais profunda gratidão.

A todos, o meu obrigado.

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada tem como objetivo propor contributos para o aperfeiçoamento do modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português. Esta necessidade resulta das alterações introduzidas com a certificação civil dos cursos, estabelecida pelo protocolo assinado em 2015 entre o Exército, o Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Federação Equestre Portuguesa. A investigação recorreu a uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória, tendo como técnicas principais a análise documental e a entrevista semiestruturada. Foram analisados os modelos formativos da Federação Equestre Portuguesa (Grau I e II) e do Exército Português (Monitor e Instrutor de Equitação Militar), com foco nos conteúdos programáticos, metodologias, avaliação e carga horária. Os resultados evidenciam que, embora haja alinhamento formal entre os modelos, subsistem fragilidades na progressão técnico-pedagógica dos formadores militares, na ausência de um Curso de Aperfeiçoamento e na dificuldade de implementação dos referenciais por escassez de quadros qualificados. Conclui-se com um conjunto de contributos que visam reforçar a eficácia do modelo de formação militar, mantendo a identidade e as exigências operacionais próprias da equitação militar.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Formadores; Equitação Militar; Certificação Civil, Contributos.

ABSTRACT

The present Applied Research Project aims to propose contributions for the improvement of the training model for military equestrian instructors provided by the Portuguese Army. This need arises from the changes introduced with the civil certification of the courses, established by the protocol signed in 2015 between the Army, the IPDJ (Portuguese Institute for Sports and Youth), and the Portuguese Equestrian Federation. The research followed a qualitative approach of a descriptive and exploratory nature, using document analysis and semi-structured interviews as its main techniques. The training models of the Portuguese Equestrian Federation (Levels I and II) and the Portuguese Army (Military Riding Monitor and Instructor courses) were analyzed, focusing on course content, methodologies, assessment, and workload. The results show that although there is formal alignment between the models, there are still weaknesses in the technical-pedagogical progression of military instructors, such as the absence of an Advanced Course and difficulties in implementing the training frameworks due to a lack of qualified personnel. The study concludes with a set of contributions aimed at strengthening the effectiveness of the military training model, while preserving the unique identity and operational requirements of military equitation.

KEYWORDS: Trainer Training; Military Horse Riding; Civil Certification, Improvement.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1. Equitação Militar.....	3
1.1.1. Estrutura e Organização.....	3
1.1.2. Unidades e Estabelecimentos.....	4
1.1.3. Pessoal Especialista.....	5
1.2. A Evolução da Formação de Formadores em Portugal.....	5
1.3. Programa Nacional de Formação de Treinadores.....	7
CAPÍTULO 2 - MODELO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS	9
2.1. Introdução.....	9
2.2. Curso de Monitor de Equitação Militar – Grau I.....	9
2.2.2 Pré-requisitos.....	9
2.2.3 Organização do Curso.....	10
2.2.4 Classificação Final.....	12
2.3 Curso de Instrutor de Equitação Militar – Grau II.....	13
2.3.2 Pré-requisitos.....	13
2.3.3 Organização do Curso.....	13
2.3.4 Classificação Final.....	15
CAPÍTULO 3- MODELO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DA FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA.....	17
3.1. Introdução.....	17
3.2 Curso de Treinadores de Grau I.....	18
3.2.1 Pré-requisitos.....	18
3.2.2. Componente Geral.....	18
3.2.3. Componente Específica.....	20

3.2.4.	Estágio.....	22
3.2.5	Classificação Final e Qualificações.....	22
3.3	Curso de Treinadores de Grau II.....	23
3.3.1	Pré-requisitos.....	23
3.3.2.	Componente Geral.....	24
3.3.3.	Componente Específica.....	25
3.3.4.	Estágio.....	26
3.3.5.	Classificação Final e Qualificações.....	27
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS		28
4.1.	Método de Abordagem de Investigação.....	28
4.2.	Métodos e Técnicas de Recolha de Dados.....	29
4.2.1.	Técnicas de Tratamento e Análise de Dados.....	30
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS		32
5.1	Introdução.....	32
5.2	Análise do Modelo de Formação de Formadores do Exército Português.....	32
5.3	Análise do Modelo de Formação de Formadores da FEP.....	33
5.4	Análise dos Resultados das Entrevistas.....	34
5.4.1.	Análise da Questão 1.....	34
5.4.2.	Análise da Questão 2.....	34
5.4.3.	Análise da Questão 3.....	34
5.4.4.	Análise da Questão 4.....	35
5.4.5.	Análise da Questão 5.....	35
5.4.6.	Análise da Questão 6.....	35
5.4.7.	Análise da Questão 7.....	36
5.4.8.	Análise da Questão 8.....	36
5.4.9.	Análise da Questão 9.....	37
5.4.10.	Análise da Questão 10.....	37

5.4.11. Análise da Questão 11.....	37
5.5. Contributos Emergentes da Análise das Entrevistas.....	35
CONCLUSÕES.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
APÊNDICES	I

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Locais onde a Equitação no Exército é praticada.....	4
Tabela 2: Cursos de Formação do Pessoal Especialista.....	7
Tabela 3: Mapeamento de Unidades de Competência do Curso de Monitor de Equitação...	10
Tabela 4: Mapeamento de Unidades de Competência do Curso de Instrutores de Equitação	14
Tabela 5: Componentes de formação, e carga horária por Graus de Formação da FEP.....	17
Tabela 6: Unidades de Formação, Cargas Horárias e Autores da Componente Geral do Curso de Treinador de Grau I	19
Tabela 7: Unidades de Formação e Cargas Horárias da Componente Específica do Curso de Treinador de Grau I	20
Tabela 8: Unidades de Formação, Cargas Horárias e Autores da Componente Geral do Curso de Treinador de Grau II	24
Tabela 9: Unidades de Formação e Cargas Horárias da Componente Específica do Curso de Treinador de Grau II.....	25
Tabela 10: Objetivos e Perguntas da Investigação.....	29

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Informação Dos Entrevistados.....	I
Apêndice B – Guião Da Entrevista.....	IV
Apêndice C – Termo De Consentimento Para Participação Na Entrevista	VII
Apêndice D – Quadro Resumo Entrevistas.....	VIII

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMO

AM – Academia Militar

CM – Colégio Militar

CEME – Chefe de Estado Maior do Exército

CCE – Concurso Completo de Equitação

CMEFED – Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos

CTER – Comissão Técnica de Equitação e Remonta

CR – Comissão de Remonta

CTD – Cédula de Treinador de Desporto

DF – Direção de Formação

EA – Escola das Armas

EM – Equitação Militar

EME – Estado Maior do Exército

FEP – Federação Equestre Portuguesa

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

QNQ – Quadro Nacional de Qualificações

REM – Regulamento de Equitação Militar

RGP – Regulamento Geral de Praticantes

TPTD – Título Profissional de Treinador de Desporto

U/E/O – Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

UFCD – Unidade de Formação de Curta Duração

OCAD – Órgão Central de Administração e Direção

OG – Objetivo Geral

OE – Objetivo Específico

PP – Pergunta de Partida

PD – Pergunta Derivada

PNFT – Programa Nacional de Formação de Treinadores

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria, ministrado na Academia Militar.

Nos últimos anos, o sistema de equitação militar, tem vindo a sofrer diversas alterações relativas ao modelo de formação de formadores de equitação militar. Essas alterações prendem-se ao facto de se querer alinhar os conteúdos dos cursos ministrados pelo Exército Português com os cursos ministrados pela Federação Equestre Portuguesa de forma que os mesmos tenham uma certificação civil.

Em maio de 2015 o Exército e as entidades que tutelam a formação equestre em Portugal, o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) e a Federação Equestre Portuguesa (FEP), assinaram um protocolo que visou à certificação dos cursos ministrados no exército (CTER, 2023). No entanto, essa certificação dos cursos, veio criar lacunas na formação dos formadores, por esta não cobrir as necessidades de um formador militar.

Assim, de modo a propor contributos ao modelo de formação de formadores de equitação ministrado pelo Exército Português, e tendo em conta as alterações resultantes da certificação civil dos cursos do exército, surge esta investigação “Equitação Militar: Contributos ao modelo de Formação de Formadores ministrados pelo Exército Português”.

O período temporal de análise neste trabalho vai incidir sobretudo entre 2015 (data da aprovação do último Regulamento Equestre Militar (REM)) e a atualidade, não excluindo outros períodos temporais que se mostrem relevantes para conduzir esta investigação

Dentro da formação de formadores, iremos restringir a investigação aos cursos de monitor e de instrutores, que correspondem aos graus I e II, respetivamente, da Federação Equestre Portuguesa.

De modo a conduzir a investigação, foi estabelecido o seguinte objetivo geral (OG): Propor contributos ao modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português. Definido o OG, foi desenvolvida a seguinte pergunta de partida (PP): “Que contributos podem ser estabelecidos para o modelo de formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português?”. Foram ainda estabelecidos três objetivos específicos (OE): OE1 – “ Analisar o modelo de formação de formadores

ministrado pelo Exército Português.”, OE2 – Analisar o modelo de formação de formadores ministrado pela Federação Equestre Portuguesa.” e o OE3 – “Avaliar potenciais contributos para a melhoria do modelo de formação de formadores de equitação militar do Exército Português”.

Esta investigação está estruturada em três partes. A primeira integra um enquadramento teórico relativo à equitação militar, à formação de formadores de equitação em Portugal e analisa ainda o modelo de formação de formadores da Federação Equestre Portuguesa e do Exército Português. A segunda parte aborda a metodologia empregue na investigação, assim como os métodos de recolha e tratamento dos dados. Por fim, a última parte, aponta para a análise e discussão dos resultados, onde é dada resposta às perguntas de derivadas, e conseqüentemente, à pergunta de partida terminando com uma proposta de contributos ao modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Equitação Militar

A Equitação Militar, pode ser interpretada como uma comunhão entre vários fatores, dos quais se destacam a doutrina equestre militar e os recursos e estruturas que a sustentam (Laureano, 2011).

Segundo o REM (EME, 2015, p. 1-1), são consideradas finalidades da EM:

- a. Contribuir para a formação militar, em especial dos alunos dos Estabelecimentos de Ensino Militar, extensiva aos Estabelecimentos Militares de Ensino, e para a manutenção da aptidão física e moral dos quadros do Exército.
- b. Contribuir para a representação pública do Exército, designadamente através da Reprise da Escola de Mafra e demais atividades que contribuam para a divulgação da imagem da Instituição Militar;
- c. Preservar e desenvolver o conhecimento da escola equestre militar, enquanto património cultural e desportivo, com repercussão nacional e internacional, preservando uma tradição de sólidas raízes históricas.”

Do último ponto das Finalidades da EM, surge um objetivo de grande relevância para esta investigação:

“Garantir a formação de especialistas de equitação, onde se incluem os quadros (formadores), os desbastadores e tratadores hipo, por forma a assegurar o cumprimento das suas tarefas com competência e contribuir para preservar e desenvolver o conhecimento equestre da escola militar; (REM, 2015, p. 1-2)”

1.1.1. Estrutura e Organização

De acordo com o Regulamento de Equitação Militar (2015), a mesma é tutelada pelo Comandante do Órgão de Administração e Direção, neste caso, pelo Comando do Pessoal, através da Direção de Formação. É da responsabilidade do Chefe de Estado-Maior do Exército nomear a Comissão Técnica de Equitação e Remonta, comissão essa que se reflete como um órgão de consulta técnica do comandante do OCAD que tutela EM.

Incube à CTER um conjunto vasto de responsabilidades, sendo de realçar para esta investigação “Submeter à consideração superior e assegurar o cumprimento da doutrina em uso no ensino da equitação no Exército, nomeadamente no que se refere aos princípios,

conceitos, métodos e processos, em uso nas diferentes áreas abrangidas pela equitação militar; (REM, 2015, p. 2-2)”.
A CTER tem na sua constituição os seguintes cargos: Presidente, Inspetor de Equitação, Delegado às Competições Equestres, Médico Veterinário, Vogal, Comandante da Coudelaria Militar e os Responsáveis de Equitação da AM e CM. (REM, 2015)

Outro importante órgão da EM, é a Comissão de Remonta que assegura que os solípedes aumentados ao efetivo reúnem as características necessárias e que os solípedes que já não reúnam condições sejam abatidos ao efetivo bem como acompanha a atividade da Coudelaria Militar (EME, 2015).

A CR é constituída por três Oficias, Presidente, Médico da CR e Vogal. Um militar especialista na área financeira é nomeado pelo Comando da Logística quando de procede à aquisição de solípedes (EME, 2015).

1.1.2. Unidades e Estabelecimentos

Atualmente, a Equitação no Exército é praticada nas seguintes Unidades e Estabelecimentos de Ensinos:

Tabela nº 1 – Locais onde a Equitação no Exército é praticada

Unidades	Estabelecimentos de Ensino /Formação
Quartel da Cavalaria da Brigada Mecanizada – Santa Margarida da Coutada	Academia Militar - Amadora
Regimento de Lanceiros nº2 -Amadora	Colégio Militar - Lisboa
Regimento de Cavalaria nº 3 - Estremoz	Escola da Armas - Mafra
Regimento de Cavalaria nº6 - Braga	

Fonte: EME, 2015

Em todas estas U/E/O, segundo o REM (EME, 2015) existe uma Secção de Equitação que assegura a atividade de equitação nas mesmas e que tem a responsabilidade de “Ministrar a instrução superiormente determinada ou autorizada e incentivar a prática da equitação pelos militares da unidade ou estabelecimento”

1.1.3. Pessoal Especialista

A Escola das Armas, herdeira através do extinto Centro Militar de Educação Física e Desportos assim como da Escola Militar de Equitação, é a responsável pela formação de todo o pessoal especialista na área da equitação (EM, 2015), nomeadamente:

Tratador Hipo: O Tratador Hipo (TH) é o elemento responsável pelo maneo do cavalo e manutenção dos materiais, equipamentos e instalações utilizados nas atividades equestres, devendo ser habilitado com formação específica.

Desbastadores: O Desbastador é o elemento especialista que executa o desbaste dos solípedes, aplicando os procedimentos do trabalho não montado e montado, com vista ao seu ensino e utilização funcional.

Grau I – Monitor de Equitação: Ministras instruções de Equitação nas diferentes áreas e disciplinas e de assegurar as tarefas relativas ao maneo das montadas, à manutenção do material e das infra estruturas, bem como as de Chefe de Diligência.

Grau II – Instrutor de Equitação: desempenho de diferentes funções no sistema da Equitação Militar (...) alargamento e aprofundamento dos seus conhecimentos técnicos e pedagógicos, bem como o aperfeiçoamento das suas qualidades individuais enquanto executante.

Grau III – Mestre de Equitação: está especialmente preparado para desempenhar funções de direção, ensino e inspeção na área da Equitação.

Para além dos especialistas acima referidos, são também integrantes do sistema, os médicos-veterinários e siderotécnicos os quais são responsáveis pela manutenção das funcionalidades e bem-estar dos solípedes.

1.2. A Evolução da Formação de Formadores em Portugal

De modo a contextualizar a formação de formadores em Portugal, é necessário recuar até 1940, altura em que se começaram a ministrar os cursos de Mestres, Instrutores e Monitores de equitação (Victorino, 2011).

Em 1948, o então Deposito de Remonta, em Mafra, recebe o Capitão Francês *Saint André* vindo da *École Militaire d'Equitacion* de Saumur, com o intuito de uniformizar a doutrina equestre no seio do Exército (Matos, 2005).

No ano seguinte, em 1949, o Exército Português enviou até Fontainebleu e Saumur os capitães Fernando Paes e Reymão Nogueira para frequentarem um estágio de 9 meses, os quais, nesse período, integraram o *Cadre Noir*¹ (Matos, 2005). Quando regressam a Portugal, e com o apoio do Capitão Francês *Saint André*, que ainda se encontrava no nosso país, surge então a *reprise da Escola de Mafra* que realizou a sua primeira apresentação pública ao general Franco aquando da sua visita a Portugal.

Mais tarde, em 1950, o Depósito de Remonta altera a sua designação para Escola Militar de Equitação (Victorino, 2011).

Em 1956, é quando pela primeira vez a frequência do Curso de Instrutores de Equitação foi aberta a cavaleiros civis, até então, o acesso à doutrina equestre estava apenas ao dispor dos militares (Victorino, 2011).

Dois anos mais tarde, em 1958 a Escola Militar de Equitação altera a sua designação para Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos (CMEFED). É, nesta altura, com o início das campanhas em África, que a EM entra numa fase de declínio pela mobilização de muitos Oficiais e Sargentos, o que os impedia de frequentar os cursos, o que levou a uma quebra no trabalho que até então tinha sido desenvolvido (Sequeira, 2003; citado em Victorino, 2001).

Após a Guerra, em 1974, muito pelo declínio do número de militares em competições equestres, os cavaleiros civis começaram a ganhar destaque no panorama nacional (Victorino, 2011). Para além disso, “o facto da duração dos cursos de equitação no CMEFED não ser viável para muitos dos civis, que acabavam por desenvolver e evoluir separados dos militares. (Victorino, 2011, p. 14)”.

Contudo, desde 1983 que se tentava implementar em Portugal uma Escola Nacional de Equitação (ENE) com os principais objetivos de uniformizar a doutrina praticada, ~~em Portugal~~, de descentralizar os locais de formação e fracionar os cursos, permitindo assim reduzir os períodos de afastamento dos formandos das suas atividades de sustento (Carmo, 2012 Citado em Silva, 2013).

Com criação da ENE em 2005 (Silva, 2013) e do Programa Nacional de Formação de Treinadores pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude em 2012 (IPDJ) o exército viu-se forçado uniformizar os seus referenciais de curso com aquilo que é praticado no meio civil, no entanto, ainda existem falhas nomeadamente a falta de referencial de curso

¹ Reprise da Escola Francesa

de Grau III que se encontra a aguardar que o IPDJ realize um curso experimental para que daí se proceda à revisão do respetivo referencial no exército (CTER, 2023).

Em 2013, pelo Decreto-Lei nº 186/2014 que aprova a Lei Orgânica do Exército, é extinto o Centro Militar de Educação Física e Desportos e as suas funções são atribuídas à então criada Escola das Armas.

Em maio de 2015 o Exército e as entidades que tutelam a formação equestre em Portugal, o IPDJ e a Federação Equestre Portuguesa (FEP), assinaram um protocolo que visou à certificação dos cursos ministrados no exército (CTER, 2023), os quais se resumem na seguinte tabela:

Tabela nº 2 – Cursos de formação do pessoal especialista

Pessoal Especialista	Designação do Curso	Duração	Data do último curso	Nº de Formandos do EXE	Certificação	Número de cursos realizados entre 2013 e 2023 / Formandos EXE
Mestre	Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores de Equitação – Grau III (CAIEq)	9 meses	2014 - 2015	3	Ainda não há o curso no IPDJ	1/3
Instrutor	Curso de Instrutores de Equitação – Grau II (CIEq)	9 meses + Estágio (1 ano)	2020-2022	2	Treinador de Equitação Grau II pelo IPDJ	4/9
Monitor	Curso de Monitor de Equitação – Grau I (CMEq)	6 meses (B-Leamig) + Estágio (1 ano)	2022-2023	3	Treinador de Equitação Grau I pelo IPDJ -	8/31
TH	Curso de TH	2 meses	2022	5	Em estudo	7/45
Siderotécnico	Curso de Siderotécnico	6 meses	2021-2022	3	Em estudo	9/30
Técnico de Gestão Equina	Curso Técnico de Gestão Equina	9 meses	2023	1	Nível 4 do QNQ	1/

Fonte – CTER, 2023, p.16

1.3. Programa Nacional de Formação de Treinadores

Segundo o IPDJ (2025b) a criação de um Programa Nacional de Formação de Treinadores resulta do facto que a atividade de Treinadores de Desporto ter vindo a tornar-se mais exigente e complexa, o que leva à necessidade de melhorar a qualidade e a robustez da Formação de Treinadores.

Ao longo dos últimos anos, os regimes de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto têm vindo a sofrer várias revisões. Em 1999, a formação dos profissionais da área passou a fazer parte da Formação Profissional, garantindo um percurso mais estruturado (IPDJ, 2025b). Esse passo levou, em 2008, à criação do Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de dezembro, que veio estabelecer as bases para a profissão de treinador (IPDJ, 2025b). Mais tarde, a 28 de agosto de 2012, essa legislação foi substituída pela Lei n.º 40/2012, trazendo ajustes importantes para alinhar as normas nacionais com as diretrizes europeias (IPDJ, 2025b).

Posteriormente, em 2019, “ após alguns anos de vigência da Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto e face à experiência recolhida da sua aplicação, tornou-se necessário ajustá-la à realidade atual do sistema desportivo português de forma mais eficiente e qualificada. (IPDJ, 2025b)”.

É então que surge a Lei n.º 106/2019 de 06 de setembro que altera a Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto a qual define os novos Referenciais de Formação Geral, Manuais para a Organização de Cursos de Treinadores e a construção do Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT) (IPDJ, 2025b).

O PNFT assume-se como um modelo misto de partilha de responsabilidades que nele intervêm de forma articulada o IPDJ, as federações desportivas com estatuto de Utilidade Pública Desportiva e entidades que venham a ser reconhecidas pelo IPDJ como representantes e reguladoras de modalidades desportivas não abrangidas pelas primeiras e a Administração Pública Desportiva (IPDJ, 2025b)

CAPÍTULO 2 - MODELO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

2.1. Introdução

Atualmente, a formação de formadores de equitação militar está estruturada em dois cursos: o Curso de Monitor de Equitação Militar (Grau I) e o Curso de Instrutor de Equitação Militar (Grau II). Ambos os cursos, são acreditados pelo IPDJ e com nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações.

Estes cursos, são ministrados na Escola das Armas e destinam-se a habilitar militares e civis com competências técnico-pedagógicas na área da equitação, de forma a garantir o cumprimento das missões atribuídas às Unidades e Estabelecimentos que integram o Sistema de Equitação Militar.

Este capítulo descreve em detalhe a estrutura, objetivos, conteúdos e regime de avaliação dos cursos de Monitor e Instrutor de Equitação Militar, analisando o seu enquadramento no atual modelo de formação de formadores do Exército Português

2.2. Curso de Monitor de Equitação Militar – Grau I

Segundo a DF (2025) o mais recente referencial de curso destina-se a habilitar Oficiais, Sargentos, Praças e Civis “com um conjunto de competências técnico-profissionais na área específica de equitação, adaptadas aos cargos que os mesmos podem ocupar nas diferentes U/E/O inseridas no Sistema de Equitação Militar.”.

2.2.2 Pré-requisitos

Para frequentar o Curso, os formandos têm de ter aproveitamento em provas equivalentes ao exame de sela 4 do Regulamento Geral de Praticantes da FEP com o cavalo a realizar no curso (DF, 2025)

Segundo o RGP, ao exame de sela 4 corresponde a realização de uma prova de ensino P3 e de uma prova de salto de obstáculos de 0,80m (FEP, 2020).

2.2.3 Organização do Curso

O Curso tem a duração de 104 Dias Úteis de Formação dos quais 40 são ministrados na Escola das Armas e os Restantes são nas U/E/O dos Formandos (MDN0, 2025).

A formação tem um total de 405 Tempos de Formação que se dividem por 11 Unidades de Competência:

Tabela nº 3 – Mapeamento de Unidades de Competência do Curso de Monitor de Equitação

N.º	Designação da UC	Carga Horária	Pontos de Crédito	Código UC (Exército)
01	Executar o maneio dos cavalos	25	2,25	E00261A
02	Realizar a manutenção das instalações e dos equipamentos	25	2,25	E00262A
03	Desenvolver o volteio e a colocação em sela	50	4,5	E00263A
04	Realizar a ginástica equestre de estribos compridos	50	4,5	E00264A
05	Realizar ginástica equestre de estribos curtos	50	4,5	E00265A
06	Desenvolver o trabalho do cavalo no ensino	25	2,25	E00266A
07	Desenvolver o trabalho do cavalo nos obstáculos	25	2,25	E00267A
08	Reconhecer o Sistema de Equitação Militar	25	2,25	E00268A
09	Identificar noções básicas de hipologia	25	2,25	E00269A
10	Desenvolver a pedagogia na Ginástica a Cavalo	50	4,5	E002610A
11	Preparar a organização de eventos	25	2,25	E002611A

Fonte – MDN, 2025, p. 10

A 1ª unidade, executar o maneio dos cavalos, pretende que os formandos desenvolvam competências essenciais para o tratamento diário dos cavalos, abrangendo práticas de higiene, segurança, alimentação e preparação para transporte (MDN, 2025). O formando aprende a organizar e supervisionar o maneio diário de solípedes, coordenar equipas e garantir o bem-estar animal, assegurando-se de que todas as tarefas são executadas com rigor e de acordo com os regulamentos (MDN, 2025).

Já a 2ª unidade, realizar a manutenção das instalações e dos equipamentos, foca-se na higiene, desinfecção e manutenção das infraestruturas e dos equipamentos equestres (MDN, 2025). O formando adquire conhecimentos técnicos sobre agentes de infeção e produtos de limpeza, desenvolvendo competências para planear, executar e coordenar estas tarefas no contexto de uma Secção de Equitação, assegurando a funcionalidade e salubridade do espaço. (MDN, 2025).

A UC 3, desenvolver o volteio e a colocação em sela, tem como objetivo iniciar e desenvolver a colocação correta em sela, através do volteio com arreio. O formando aprofunda os fundamentos da equitação, reconhecendo reflexos do cavaleiro principiante e aplicando exercícios para a sua correção, bem como os andamentos do cavalo e as ajudas, promovendo a segurança e eficácia na prática equestre (MDN, 2025).

A UC 4, realizar ginástica equestre de estribos compridos, aborda o desenvolvimento da colocação em sela com estribos compridos, através da execução de figuras de picadeiro e aplicação do acordo de ajudas (MDN, 2025). O formando aprende a controlar o cavalo nos três andamentos e a utilizar as ajudas para executar corretamente transições e figuras no picadeiro (MDN, 2025).

A UC 5, realizar ginástica equestre de estribos curtos, desenvolve competências na colocação em sela com estribos curtos, centrando-se na realização de exercícios ginásticos que promovem equilíbrio, estabilidade e correção dos reflexos do cavaleiro (MDN, 2025). O formando compreende a importância dos ângulos amortecedores e aplica metodologias para melhorar o desempenho e a segurança (MDN, 2025).

A UC 6, desenvolver o trabalho do cavalo no ensino, explora o treino do cavalo em provas elementares de ensino, com foco em transições, meias paragens e movimentos laterais (MDN, 2025). O formando aprende a aplicar ajudas corretamente para desenvolver o equilíbrio, flexibilidade e obediência do cavalo, contribuindo para um trabalho harmonioso e eficaz (MDN, 2025).

A UC 7, desenvolver o trabalho do cavalo nos obstáculos, incide no treino do cavalo para provas do estilo Hunter, abrangendo o trabalho sobre interdependências, compostos e trajetórias (MDN, 2025).

A UC 8, reconhecer o sistema de equitação militar, tem como objetivo dar conhecer a organização e a doutrina da Equitação Militar no Exército Português, bem como identificar

os principais regulamentos e entidades que tutelam o desporto equestre em Portugal (MDN, 2025).

A UC 9, identificar noções básicas de hipologia, aborda os conhecimentos fundamentais sobre a morfologia, fisiologia e comportamento dos cavalos. O formando aprende a reconhecer pelagens, andamentos, raças e sinais de doenças ou alterações no bem-estar do cavalo, sendo preparado para atuar preventivamente e prestar primeiros socorros básicos (MDN, 2025).

A UC 10, desenvolver a pedagogia na Ginástica a Cavalo, centra-se na aplicação de métodos pedagógicos ao ensino de ginástica a cavalo. O formando desenvolve competências para planificar, organizar e conduzir lições, tendo em conta as características dos alunos, cavalos e condições do local, assegurando um ensino eficaz e adaptado (MDN, 2025).

Por fim, a UC 11, preparar a organização de eventos, capacita o formando para conhecer os regulamentos das principais modalidades equestres e organizar provas hípicas (MDN, 2025). São desenvolvidas competências na gestão administrativa, logística e desportiva, bem como na constituição e funcionamento de uma comissão organizadora de eventos equestres (MDN, 2025).

2.2.4 Classificação Final

Ao longo do curso, os formandos, são submetidos a 11 momentos de avaliação (MDN, 2025), sendo eles:

- **EM** – Exame de Maneio (UFCD E00261A): Avalia a preparação do cavalo para transporte e provas;
- **ET01** – Exame Teórico (UFCD E00262A): Higiene e manutenção de instalações e equipamentos;
- **EP01** – Exame Prático (UFCD E00263A): Colocação em sela com volteio;
- **EP02** – Exame Prático (UFCD E00264A): Ginástica equestre com estribos compridos;
- **EP03** – Exame Prático (UFCD E00265A): Ginástica equestre com estribos curtos;
- **EP04** – Exame Prático (UFCD E00266A): Trabalho do cavalo no ensino;
- **EP05** – Exame Prático (UFCD E00267A): Trabalho do cavalo nos obstáculos;
- **ET02** – Exame Teórico (UFCD E00268A): Sistema de Equitação Militar;

- **ET03** – Exame Teórico (UFCD E00269A): Noções de Hipologia;
- **EPP01** – Exame Prático Pedagógico (UFCD E002610A): Condução de lições de ginástica a cavalo;
- **ET04** – Exame Teórico (UFCD E002611A): Organização de eventos equestres.

A Classificação final é calculada através da média dos 11 momentos de avaliação (MDN, 2025).

No final do Curso, os formandos são certificados segundo o Quadro Nacional de Qualificações com o nível 5.

2.3 Curso de Instrutor de Equitação Militar – Grau II

Segundo o MDN (2023) o curso destina-se a “habilitar os militares com os conhecimentos e competências necessárias para o desempenho do cargo de Instrutor/a de Equitação Militar integrado no Sistema de Equitação Militar.”

2.3.2 Pré-requisitos

Para frequentar o Curso, os formandos têm de estar habilitados com o curso de Monitor/a de Equitação Militar e curso de Treinador de Equitação Geral – Grau I (MDN, 2023).

2.3.3 Organização do Curso

O Curso tem 675 Tempos de Formação, toda ela presencial na Escola das Armas, que se refletem em 122 dias úteis.

Os Tempos de Formação dividem-se em 15 Unidades de Competência, sendo elas:

Tabela nº 4 – Mapeamento de Unidades de Competência do Curso de Instrutores de Equitação

N.º	Designação da UC	Carga Horária	Pontos de Crédito	Código UC (Exército)	Código UC (CNQ)
01	Aplicar os Fundamentos Teóricos da Equitação Complementar	50	4,5	E00251A	
02	Aplicar os Fundamentos Teóricos de iniciação à Equitação Superior	50	4,5	E00251A	
03	Analisar os Regulamentos de Ensino	50	4,5	E00251A	
04	Analisar o Regulamento de Saltos de Obstáculos	50	4,5	E00251A	
05	Analisar o Regulamento de Concurso Completo de Equitação	50	4,5	E00251A	
06	Analisar os regulamentos de formação de praticantes e de treinadores de equitação	50	4,5	E00251A	
07	Aplicar os fundamentos da prática pedagógica	50	4,5	E00251A	
08	Aplicar os fundamentos da disciplina de Ensino	50	4,5	E00251A	
09	Aplicar os fundamentos da disciplina de Saltos de Obstáculos	50	4,5	E00251A	
10	Aplicar os fundamentos da disciplina de Concurso Completo de Equitação	50	4,5	E00251A	
11	Aplicar os fundamentos do Maneio de Equinos	50	4,5	E00251A	
12	Prestar os Primeiros Socorros	25	2,25	E00251A	
13	Aplicar os fundamentos de hipologia e nutrição	25	2,25	E00251A	
14	Aplicar os fundamentos do desbaste e ensino de cavalos	50	4,5	E00251A	
15	Analisar o Sistema de Equitação Militar	25	2,25	E00251A	

Fonte – MDN, 2023, p.7

Em comparação com o curso de monitor, o curso de instrutores aprofunda quatro UC que foram abordadas no curso de monitores, sendo elas: UC11 – Aplicar os fundamentos do Maneio de Equinos; UC12 – Prestar os Primeiros Socorros; UC13 - Aplicar os fundamentos de hipologia e nutrição e a UC15 – Analisar o Sistema de Equitação Militar.

Relativamente às novas UC, a UC1, aplicar os Fundamentos Teóricos da Equitação Complementar, aprofunda o ensino do cavalo e cavaleiro ao nível complementar, focando-

se nas disciplinas de Ensino, Saltos de Obstáculos e Concurso Completo de Equitação (MDN, 2023).

A UC2, Aplicar os Fundamentos Teóricos de Iniciação à Equitação Superior, foca-se nos princípios básicos da equitação superior, preparando o formando para iniciar cavalos e cavaleiros nas disciplinas Saltos de Obstáculos e de Ensino (MDN, 2023). A unidade reforça a compreensão do acordo de ajudas, movimentos laterais e da interação cavalo-cavaleiro, com aplicabilidade na Reprise Equestre do Exército (MDN, 2023).

As UC3, UC4 e UC5, Analisar os Regulamentos de Ensino, de Saltos de Obstáculos e de Concurso Completo de Equitação, respetivamente, têm como finalidades dar a conhecer os regulamentos das 3 disciplinas e ainda desenvolver nos formandos a capacidade de planear e executar a organização de uma Competição Desportiva Militar de Equitação (MDN, 2023). Já a UC6, Analisar os Regulamentos de Formação de Praticantes e Treinadores, explora o enquadramento normativo da formação e certificação de praticantes e treinadores da FEP.

A UC7, Aplicar os Fundamentos da Prática Pedagógica, o formando desenvolve competências para a organização e execução de sessões de formação nas disciplinas de Ensino, Saltos de Obstáculos e Concurso Completo de Equitação e ainda da formação de volteio e maneio (MDN, 2023).

Nas UC8, UC9, UC10, Aplicar os Fundamentos da Disciplina de Ensino, Saltos de Obstáculos e Concurso Completo de Equitação, respetivamente, o instrutor aprende a aplicar metodologias de treino orientadas para a performance, tendo em conta as características individuais de cavalo e cavaleiro, bem como as dinâmicas próprias de treino e competição de cada disciplina (MDN, 2023).

Por fim, a UC14, Aplicar os Fundamentos do Desbaste e Ensino de Cavalos, o formando deverá ser capaz de “compreender as bases teóricas de ensino de um cavalo para as diversas disciplinas equestres” e “identificar as fases de ensino de um cavalo” nas diferentes modalidades, nomeadamente Ensino, Saltos de Obstáculos e Concurso Completo de Equitação (MDN, 2023).

2.3.4 Classificação Final

Ao contrário do curso de monitores, onde todas as avaliações tinham o mesmo peso, no curso de instrutores, as UC mais ligadas à componente prática têm um maior peso.

$$CF = (2 * UC1 + 2 * UC2 + 2 * UC7 + 2 * UC8 + 2 * UC9 + 2 * UC10 + UC3 + UC4 + UC5 + UC6 + UC11 + UC12 + UC13 + UC14 + UC15)/21$$

No final do Curso, os formandos são certificados segundo o Quadro Nacional de Qualificações com o nível 5

CAPÍTULO 3- MODELO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DA FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

3.1. Introdução

Com a criação do PNTF anteriormente abordado, a Formação de Formadores em Portugal é toda regida pelo Manual de Cursos de Treinadores (IPDJ, 2020e).

Segundo o manual, os cursos estão estruturados por graus e, dependendo do grau, existem diferentes componentes estruturas curriculares. Para os Graus I e II, os cursos de treinadores estão divididos em três partes: uma componente de formação geral que visa ao desenvolvimento de competências transdisciplinar na área das ciências do desporto; uma componente de formação específica que visa a facultar aos treinadores as componentes específicas das modalidades e, por fim, um estágio em contexto real de treino que visa a consolidar os conteúdos adquiridos nas outras componentes (IPDJ, 2020e). Já os cursos de Grau III e IV dispensam de estágio.

As durações das componentes têm a seguinte duração mínima estabelecida pelo IPDJ:

Tabela nº 5 – Componentes de formação, e carga horária por Graus de Formação da FEP

Componente de Formação	Graus de Formação			
	I	II	III	IV
Formação Geral Duração (horas)	36h	60h	80h	32h
Formação Específica * Duração (horas)	36h	60h	100h	220h
Formação Prática (Estágio) ** Duração	Um ano ou uma época desportiva (min. 6meses)	Um ano ou uma época desportiva (min. 6meses)		

Fonte – IPDJ, 2020e, p.10

No final do curso, é atribuído aos formandos que o concluíram com aproveitamento, um Diploma de Qualificações que comprova o aproveitamento no mesmo (IPDJ, 2020e). Com esse diploma, os formandos estão aptos a proceder ao pedido do Título Profissional de Treinador de Desporto, documento obrigatório para o exercício da atividade de treinador de desporto (IPDJ, 2020).

3.2 Curso de Treinadores de Grau I

Compete ao treinador de Grau I, conduzir sessões orientadas às etapas iniciais de desenvolvimento do praticante. Para além disso, é também da sua competência coadjuvar treinadores em níveis de prática associados ao Grau II (IPDJ, 2020c).

3.2.1 Pré-requisitos

Para que o formando frequente o curso, é necessário cumprir com pré-requisitos gerais e específicos de cada modalidade.

No que concerne aos pré-requisitos gerais, apenas têm de ter 18 anos e a escolaridade mínima obrigatória à data da emissão do Diploma de Qualificações.

Relativamente aos pré-requisitos específicos, segundo o IPDJ (2023) os formandos têm a obrigatoriedade de:

- Possuir, pelo menos, licença de praticante e seguro desportivo válidos;
- Ter participado em provas federadas de qualquer disciplina em, pelo menos, duas épocas desportivas;
- Ter aproveitamento no exame de admissão ao curso, a realizar com o cavalo a utilizar no curso:
 - Prova de ensino – Reprise Elementar 3, do regulamento de Ensino da FEP;
 - Prova de Hunter – Classe 1,10;
- Meios equestres de suporte: Ter um cavalo aprovado no exame de admissão.

3.2.2. Componente Geral

A Componente Geral do curso é elaborada pelo IPDJ e engloba matérias transversais a qualquer modalidade desportiva, conforme conseguimos observar na Tabela 6:

Tabela nº 6 – Unidades de Formação, Cargas Horárias e Autores da Componente Geral do Curso de Treinador de Grau I

UNIDADES DE FORMAÇÃO	HORAS	AUTORES
1. TEORIA E METODOLOGIA DO TREINO DESPORTIVO	12	Paulo Cunha/José Afonso / Filipe Clemente
2. PEDAGOGIA E DIDÁTICA DO DESPORTO	15	Isabel Mesquita / Paula Queirós / Paula Silva / Cláudio Farias
3. FUNCIONAMENTO DO CORPO HUMANO, PRIMEIROS SOCORROS E ANTIDOPAGEM	5	Raúl Pacheco / Luís Horta
4. DESPORTO ADAPTADO	2	Leonor Moniz Pereira
5. ÉTICA NO DESPORTO	2	José Lima
Total	36	

Fonte – IPDJ, 2020c, p.16

A Teoria e Metodologia do Treino Desportivo tem como finalidade garantir aos formandos conhecimentos básicos relativos aos fundamentos básicos da aprendizagem e desenvolvimento motor, introdução à fisiologia do exercício e planeamento e operacionalização do processo de treino (IPDJ, 2020e).

Relativamente à Pedagogia e Didática do Desporto, faz alusão ao papel educativo do treinador, de modo a que o mesmo consiga compreender conceitos associados às questões da igualdade no desporto, reconhecer o valor das “boas práticas” pedagógicas na adesão e afiliação ao desporto, identificar o valor das abordagens de treino centrados no praticante na promoção da responsabilidade, compromisso e autonomia e ainda identificar as principais características das estratégias didáticas promotoras da autonomização sustentada dos praticantes na aprendizagem (IPDJ, 2020e).

O Funcionamento do Corpo Humano, Primeiros Socorros e Antidopagem são áreas essenciais para que possam ser conduzidas sessões de treino seguras e responsáveis. Nesta unidade curricular, foram estabelecidos os seguintes objetivos: adquirir conhecimentos nas áreas do Funcionamento do corpo humano, com enfoque especial nos aparelhos cardio-circulatório, locomotor e sistema de regulação; reconhecer os estilos de vida saudáveis, identificar as principais lesões desportivas e executar primeiros socorros básicos; princípios gerais e controlos de dopagem e sensibilização e educação em antidopagem (IPDJ, 2020e).

De modo a atingir uma maior inclusão e igualdade de oportunidades no desporto, a unidade de desporto adaptado foi incluída de modo a facultar aos futuros treinadores conhecimentos relativos ao reconhecimento do direito à participação e inclusão no desporto,

das pessoas com deficiência, tanto no âmbito do Desporto de Participação como de Rendimento, e ainda à identificação e desenvolvimento de estratégias básicas de adaptação e de intervenção, no que respeita às competências motoras fundamentais /básicas das pessoas com deficiência (IPDJ,2020e).

Por fim, a unidade de Ética no Desporto visa à compreensão da importância da ética e dos seus princípios no desempenho do treinador e respetivo impacto nos praticantes e na comunidade, bem como no reconhecimento e utilização do desporto como ferramenta privilegiada para o desenvolvimento dos valores humanistas e, em particular, da cidadania.

3.2.3. Componente Específica

A Componente Específica do curso é elaborada pela FEP e está dividida em oito unidades de formação que perfazem um total de quarenta e sete horas de formação que podem ser resumidas na Tabela nº7:

Tabela nº 7– Unidades de Formação e Cargas Horárias da Componente Específica do Curso de Treinador de Grau I

UNIDADES DE FORMAÇÃO	HORAS
1. TEORIA DA EQUITACÃO	8
2. EQUITACÃO PRÁTICA	10
3. PEDAGOGIA EQUESTRE	15
4. HIPOLOGIA	3
5. MANEIO	1
6. EQUITACÃO TERAPÉUTICA	1
7. INTRODUÇÃO AO DESBASTE	2
8. PRÁTICA DE COMPETIÇÃO (PREPARAÇÃO DO EXAME)	7
Total	47

Fonte – IPDJ, 2021, p.7

A primeira unidade, Teoria da Equitação, consiste na aquisição dos conhecimentos essenciais para toda a prática de equitação. Esta unidade aborda temas como a história da equitação, as diferentes disciplinas olímpicas e não olímpicas existentes, princípios da doutrina equestre e os métodos de ensino do cavalo (IPDJ, 2021). Para além disso, são ainda estudados os tipos de ajudas e o seu emprego, os tipos de rédeas, os andamentos naturais do

cavalo, a escala de treino, os princípios gerais de colocação em sela e o trabalho à guia (IPDJ, 2021).

Relativamente à unidade de Equitação Prática, a mesma tem como principal objetivo o desenvolvimento técnico do cavaleiro. Nesta unidade são feitos exercícios que visam melhorar a colocação em sela do formando, exercícios de ensino base do cavalo e de obstáculos (IPDJ, 2021).

Na unidade de Pedagogia Equestre, a unidade com o maior número de horas da componente específica, a mesma divide-se em duas partes. Numa primeira parte, os formandos têm aulas teóricas relativas a métodos, princípios, regras da pedagogia equestre e ainda planeamento, organização e preparação de uma lição de equitação (IPDJ, 2021). Na segunda parte, os formandos têm de conduzir sessões de equitação de iniciação (IPDJ, 2021).

A Hipologia, foca-se no conhecimento do cavalo enquanto ser vivo. Nesta unidade, são abordadas as regiões do cavalo, as pelagens, noções básicas de anatomia e fisiologia do cavalo. São ainda abordadas noções básicas de enfermagem hípica de modo que os futuros treinadores consigam, de forma independente tratar de feridas e pequenas lesões (IPDJ, 2021).

O maneio, aborda os cuidados diários necessários para com o cavalo. São abordados temas como a limpeza das cavalariças, aparelhação, noções de alimentação e o embarque e desembarque de cavalos (IPDJ, 2021).

Na unidade de Equitação Terapêutica são apenas abordadas noções básicas da utilização do cavalo para estes fins, de modo a sensibilizar os futuros treinadores para esta prática (IPDJ, 2021).

No módulo de desbaste, os formandos aprendem sobre o processo de iniciação de um cavalo jovem ao trabalho. São explicadas as fases principais — desde a aclimatação, domesticação e trabalho a pé, até ao trabalho montado (IPDJ, 2021).

Por fim, a última unidade da componente específica, Prática e Competição, visa à consolidação prática de todos os conhecimentos adquiridos. Inclui a preparação do cavalo para provas, apresentação à mão, embarque e desembarque, execução de reprises de Dressage e percursos de obstáculos. Também integra lições práticas de ensino. Esta fase prepara os formandos para o exame final, garantindo que dominam tanto os aspetos técnicos como pedagógicos e logísticos do treino (IPDJ, 2021).

3.2.4. Estágio

Segundo o IPDJ (2020d), as principais finalidades dos estágios são o desenvolvimento supervisionado, em contexto real de treino, de práticas relevantes para o desempenho das funções de treinadores.

Estes estágios, com uma duração mínima de 6 meses, ocorrem em clubes desportivos reconhecidos pela entidade formadora e regem-se segundo o Plano Individual do Estágio (PIE) acordado entre a entidade formadora, a entidade de acolhimentos, o tutor e o treinador estagiário (IPDJ, 2020d).

O Tutor, treinador com qualificação superior à do formando em questão, é sugerido pela entidade de acolhimento, escolhido pelo treinador estagiário ou designado pela entidade formadora (IPDJ, 2020d).

Conforme consta no regulamento de estágio do PNFT (2020), o mesmo estabelece objetivos para os diferentes Graus. No Grau I, são objetivos:

“O Treinador Estagiário de Grau I deverá conhecer o Plano Oficial de Formação de Praticantes da FEP de forma a poder orientar os seus atletas de acordo com os seus princípios, etapas e filosofia.

O Treinador Estagiário de Grau I deve preparar e acompanhar os seus atletas em poules de preparação para a competição.

O Treinador Estagiário de Grau I colabora na preparação de atletas para o exame de Sela 4.

O Treinador Estagiário de Grau I deve manter-se em competição, participando em provas nacionais numa das disciplinas olímpicas, de forma a acompanhar a evolução do desporto.” (IPDJ, 2020, p.13)

Para além destes objetivos, o estagiário deve cumprir um conjunto de atividades planeadas no PIE, as quais serão posteriormente avaliadas através de relatórios e registos obrigatórios. Entre os documentos exigidos contam-se o Relatório Final e o Dossiê de Treinador, que reúne evidências das práticas desenvolvidas.

3.2.5 Classificação Final e Qualificações

Após a aprovação com sucesso nas componentes de formação geral (FG), formação específica (FE) e na formação prática (FP), a classificação final (CF) dos formandos é calculada segundo a seguinte fórmula:

$$CF = (2FG + 3FE + 2FP)/7$$

No final do Curso, os formandos são certificados segundo o Quadro Nacional de Qualificações com o nível 4 e reconhecidos perante a FEP como treinadores e é emitida a Cédula de Treinador de Desporto (CTD) de Grau I que os habilita a exercer funções como treinador de desporto.

3.3 Curso de Treinadores de Grau II

Compete ao treinador de Grau II, conduzir sessões orientadas às etapas iniciais e intermédias de desenvolvimento do praticante. Para além disso, é também da sua competência coadjuvar treinadores em níveis de prática associados ao Grau III (IPDJ, 2020a).

3.3.1 Pré-requisitos

Para que o formando frequente o curso, é necessário cumprir com pré-requisitos definidos pelo IPDJ (2020e).

Os formandos têm de ter 19 anos, escolaridade mínima obrigatória, possuir a CTD de Grau I e ter exercido durante o mínimo de uma época desportiva a função de treinador de Grau I.

Relativamente aos específicos, segundo o IPDJ (2020) os formandos têm a obrigatoriedade de:

- Possuir licença de praticante e seguro desportivo válidos e Título Profissional de Treinador de Desporto de Equitação Geral ativo.
- Comprovar a participação em 6 provas federadas na disciplina em que habitualmente compete, nos últimos 24 meses.
- Ter aproveitamento no exame de admissão ao curso:
 - Prova de Ensino, com mínimo 55%, a realizar com o cavalo E – Reprise Média 3, do regulamento de Ensino da FEP;
 - Prova Hunter, com nota positiva, a realizar com o cavalo O – Classe 1,15
- Meios equestres de suporte (mínimo):
 - Cavalo aprovado no exame de admissão para Dressage (E);
 - Cavalo aprovado no exame de admissão para as disciplinas obstáculos / CCE (O/C)

3.3.2. Componente Geral

Na Componente Geral do curso, são aprofundadas as unidades abordadas no Grau I, e são ainda acrescentadas as unidades de Traumatologia do Desporto, Antidopagem, Fisiologia do Desporto, Psicologia do Desporto e Nutrição do Desporto. O Funcionamento do Corpo Humano e Primeiros Socorros, deixa de ser abordado conforme podemos observar na Tabela nº8:

Tabela nº 8 – Unidades de Formação, Cargas Horárias e Autores da Componente Geral do Curso de Treinador de Grau II

UNIDADES DE FORMAÇÃO	HORAS	AUTORES
1. TEORIA E METODOLOGIA DO TREINO DESPORTIVO	19	Paulo Cunha/José Afonso / Filipe Clemente
2. PEDAGOGIA E DIDÁTICA DO DESPORTO	12	Isabel Mesquita / Paula Queirós / Paula Silva / Cláudio Farias
3. TRAUMATOLOGIA DO DESPORTO	3	Marta Massada / Raúl Pacheco
4. ANTIDOPAGEM	2	Luis Horta
5. DESPORTO ADAPTADO	2	Leonor Moniz Pereira
6. FISILOGIA DO DESPORTO	8	José Gomes Pereira
7. PSICOLOGIA DO DESPORTO	8	António M. Fonseca / Sara Mesquita / Nuno Corte-Real / Cláudia Dias
8. NUTRIÇÃO NO DESPORTO	4	Cláudia Minderico
5. ÉTICA NO DESPORTO	2	José Lima
Total	60	

Fonte – IPDJ, 2020b ,p.36

A unidade de Traumatologia do Desporto, tem como objetivos de incutir aos futuros treinadores noções básicas sobre os tipos de lesões mais comuns no desporto e de que forma as mesmas podem ser prevenidas (IPDJ, 2020b).

O PNFT em conjunto com a Autoridade de Antidopagem de Portugal, através da unidade de antidopagem, contribui para o controlo e luta contra a dopagem no desporto a nível nacional, procurando transmitir os deveres e direitos na antidopagem e os malefícios orgânicos das substâncias e métodos proibidos (IPDJ, 2020b).

A Fisiologia do Desporto tem como objetivo a compreensão e análise do modo como o corpo humano funciona de modo que o treinador consiga promover sessões de treino adaptadas ao nível e idades dos praticantes (IPDJ, 2020b).

Através da análise da tabela nº8, podemos observar que Psicologia do Desporto assume um papel bastante relevante na componente geral do curso, sendo uma das unidades com maior carga horária. Esta unidade pretende transmitir aos formandos o papel da psicologia do desporto, o autoconhecimento por parte dos treinadores, a natureza das relações criadas no desporto e ainda compreender os princípios básicos da componente motivacional do treino desportivo (IPDJ, 2020b).

Por fim, na Nutrição do Desporto, o formando aprende a importância da hidratação, do equilíbrio energético e dos hábitos alimentares saudáveis, essenciais para o rendimento, recuperação e bem-estar dos praticantes (IPDJ, 2020b).

3.3.3. Componente Específica

Assim como no curso de treinadores de Grau I, a Componente Específica do curso é elaborada pela FEP. Esta componente é dividida em 12 unidades de formação que perfazem um total de 170 horas de formação que podem ser resumidas na tabela nº9:

Tabela nº 9 – Unidades de Formação e Cargas Horárias da Componente Específica do Curso de Treinador de Grau II

UNIDADES DE FORMAÇÃO	HORAS
1. TEORIA DE EQUITACÃO	24
2. EQUITACÃO PRÁTICA	50
3. PEDAGOGIA EQUESTRE	60
4. HIPOLOGIA E NUTRIÇÃO	7
5. MANEIO	7
6. EQUITACÃO TERAPÉUTICA	4
7. INTRODUÇÃO AO DESBASTE	2
8. ORGANIZAÇÃO DE PROVAS HÍPICAS	4
9. REGULAMENTOS	3
10. PROGRAMA DE SELAS	5
11. GESTÃO DE ESPAÇOS E EVENTOS	2
12. MARKETING DE CENTROS HÍPICOS	2
Total	170

Fonte – IPDJ, 2021, p.7

Através da análise do Tabela nº9, podemos verificar que as unidades abordadas no Grau I são agora aprofundadas no Grau II, com especial incidência na Teoria da Equitação, Equitação Prática e Pedagogia Equestre que totalizam 134 horas de formação das 170 totais.

A primeira nova unidade abordada é a Organização de Provas Hípicas. Com esta unidade os formandos adquirem competências base para que possam organizar provas das três disciplinas olímpicas: Salto de Obstáculos, Ensino e Concurso Completo de Equitação, onde as regras e características dos mesmos são abordadas na unidade seguinte “Regulamentos” (IPDJ, 2020).

A unidade Programa de Selas, visa instruir os formandos do Programa Nacional de Praticantes, explicando os conceitos de progressão faseada da aprendizagem de praticantes nos seus diferentes níveis, denominados por “Selas” (IPDJ, 2020). Para além do Programa das Selas, são também abordados os tipos de Licenças (IPDJ, 2020).

A Gestão de Espaços e Eventos tem como objetivo de capacitar os treinadores para gerir espaços de forma eficiente e segura, garantindo boas condições para cavalos, praticantes e público (IPDJ, 2020).

Por fim, o Marketing de Centros Hípicos onde formandos aprendem a divulgar os serviços oferecidos, atrair novos praticantes e fidelizar clientes, através de ferramentas como redes sociais, parcerias locais e organização de eventos. A unidade destaca a importância da imagem, do atendimento e da diferenciação para o sucesso e sustentabilidade de um centro hípico (IPDJ, 2020).

3.3.4. Estágio

Assim como no Treinador de Grau I, o estágio de Treinador de Grau II tem também uma duração mínima de 6 meses e tem as mesmas características e formas de funcionamento do Grau I.

Para o Grau II, foram estabelecidos os seguintes objetivos no PNFT (2020):

“O Treinador Estagiário de Grau II deverá conhecer o Plano Oficial de Formação de Praticantes da FEP de forma a poder orientar os seus atletas de acordo com os seus princípios, etapas e filosofia.

O Treinador Estagiário de Grau II prepara atletas para o exame de Sela 4 e colabora na preparação de atletas para o exame de Sela 7.

O Treinador Estagiário de Grau II deverá acompanhar atletas em competição.

O Treinador Estagiário de Grau II deve manter-se em competição, participando em provas nacionais numa das disciplinas olímpicas, de forma a acompanhar a evolução do desporto.” (IPDJ, 2020, p.13)

3.3.5 Classificação Final e Qualificações

A Classificação final é calculada de igual modo ao Grau I.

No final do Curso, os formandos são certificados segundo o Quadro Nacional de Qualificações com o nível 5 e reconhecidos perante a FEP e o IPDJ como treinadores.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

A metodologia caracteriza-se por um processo a realizar, por forma a atingir um fim (Sarmiento, 2013). Assim sendo, neste capítulo iremos abordar o processo realizado nesta investigação

4.1. Método de Abordagem de Investigação

No que concerne ao tipo de filosofia da investigação, este estudo enquadra-se num estudo construtivista onde a realidade é construída socialmente, e que o conhecimento é gerado a partir das experiências e significados atribuídos pelos indivíduos (Fortin, 1999).

A presente investigação assume um propósito exploratório, uma vez que procura aprofundar a compreensão sobre um fenómeno ainda pouco estudado: a formação de formadores em equitação militar. Segundo Gil (2008), este tipo de investigação visa tornar mais explícito o problema e abrir caminho para futuras formulações teóricas. Fortin (1999) reforça que a exploração é essencial quando se pretende captar a complexidade de práticas sociais num determinado contexto, como é o caso das práticas formativas do Exército Português. De acordo com Fortin (1999) neste tipo de investigação, o raciocínio adotado é predominantemente indutivo, uma vez que as interpretações emergem dos dados, ao invés de se testarem hipóteses previamente formuladas.

Foi adotada a estratégia do estudo de caso, dado que se pretende estudar em profundidade um fenómeno específico — a formação de formadores de equitação no Exército Português — dentro do seu contexto real (Yin, 2001). Este método possibilita cruzar diferentes fontes de conhecimento, principalmente documentos e entrevistas. Assim sendo, a presente investigação enquadra-se numa abordagem qualitativa que segundo Fortin (1999) é utilizado quando o investigador está preocupado com a compreensão ampla e absoluta do fenómeno em estudo, neste caso, o Modelo de Formação de Formadores de Equitação ministrado pelo Exército Português.

Relativamente à dimensão temporal, estamos perante a um estudo transversal, conforme descrito por Rosado (2017), uma vez que os dados foram recolhidos num momento definido no tempo. Este tipo de estudo permite captar e descrever as práticas formativas numa fase específica, sem acompanhar alterações ao longo do tempo.

De acordo com Souza (2020), de modo a validar as informações encontradas, deve ser elaborado um modelo de análise. No entanto, devido ao carácter exploratório desta investigação o mesmo não foi realizado. Esta opção metodológica encontra suporte em Bardin (2011), que defende que, em investigações qualitativas, a construção das categorias pode e deve emergir do próprio material empírico, em vez de se impor um modelo analítico rígido.

A Tabela 10 explana os OG do trabalho e os OE, assim como a PP e as PD.

Tabela nº 10– Objetivos e Perguntas da Investigação

TEMA: Equitação Militar: Contributos ao modelo de Formação de Formadores ministrados pelo Exército Português	
OG	Propor contributos ao modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português.
PP	Que contributos podem ser estabelecidos para o modelo de formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português?
OE1	Analisar o modelo de formação de formadores ministrado pelo Exército Português
PD1	De que forma está estruturado o atual modelo de formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português?
OE2	Analisar o modelo de formação de formadores ministrado pela Federação Equestre Portuguesa.
PD2	Quais são as características do modelo de formação de formadores de equitação, ministrado pela Federação Equestre Portuguesa?
OE3	Avaliar potenciais contributos para a melhoria do modelo de formação de formadores de equitação militar do Exército Português.
PD3	Que contributos podem ser implementados para melhorar o modelo de formação de formadores de equitação, militar do Exército Português?

4.2. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Sarmento (2013), defende que existem cinco tipos de instrumentos científicos de recolha de dados que podem ser utilizados: análise documental, observação direta, entrevistas, inquéritos e procedimentos especiais e particulares. Nesta investigação, foram analisados diversos documentos de modo a sustentar a revisão de literatura, e ainda entrevistas semiestruturadas.

Análise documental é uma técnica de investigação qualitativa que consiste em examinar, selecionar e interpretar documentos com o objetivo de recolher informação relevante para o estudo de determinado fenómeno (Bardin, 2011). Nesta investigação foram utilizados diversos tipos de documentos, tais como, regulamentos, artigos de revistas militares, trabalhos de investigação, documentos institucionais, entre outros.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, são uma técnica de recolha de dados muito utilizada em investigação qualitativa, caracterizada por um roteiro flexível de perguntas abertas, que permite ao entrevistador orientar a conversa, mas também adaptar-se às respostas do entrevistado de modo a explorar novos tópicos que surjam durante a entrevista (Quivy & Campenhoudt, 2008).

A amostragem consiste na seleção de um conjunto de elementos representativos de uma população-alvo, com o objetivo de recolher dados relevantes para uma investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008). Neste estudo, a amostra é não probabilística, o que significa que os participantes são escolhidos de forma intencional, com base na sua experiência, envolvimento ou conhecimento sobre o fenómeno em estudo (Bardin, 2011). Esta abordagem, designada como amostragem intencional, permite ao investigador focar-se em casos ricos em informação, maximizando a profundidade e a relevância dos dados recolhidos. O número de participantes não segue critérios estatísticos, sendo determinado em função da saturação teórica — o ponto em que novas entrevistas deixam de trazer informação significativa (Patton, 2002).

4.2.1. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados

Tendo em conta o carácter qualitativo desta investigação, após a recolha dos dados, é necessário analisar o seu conteúdo, nomeadamente, as entrevistas semiestruturadas. Este método foi selecionado por permitir uma interpretação sistemática e objetiva de mensagens, discursos e documentos, possibilitando a identificação de padrões, temas e relações significativas (Bardin, 2011).

Adicionalmente, a utilização de triangulação de dados (Patton, 2015), através da comparação entre as entrevistas, os referenciais dos cursos de monitor e instrutor e os regulamentos militares (nomeadamente o REM), reforçou a validade dos resultados obtidos, permitindo identificar convergências e divergências entre os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos.

A organização e sistematização dos dados foi realizada com apoio de ferramentas como quadros-resumo, facilitando a visualização dos padrões temáticos e a articulação dos mesmos com os objetivos da investigação. Esta abordagem procurou assegurar o rigor, a transparência e a coerência analítica ao longo de todo o processo.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 Introdução

Após a recolha de dados através das entrevistas e de documentos oficiais, é altura de proceder à sua análise e discussão. A apresentação e discussão de resultados foram estruturadas em três partes: a apresentação e análise documental referente ao modelo do Exército Português, a apresentação e análise documental referente ao modelo da FEP e por fim a análise dos resultados das entrevistas.

5.2 Análise do Modelo de Formação de Formadores do Exército Português

No âmbito do OE1, a análise do modelo de formação de formadores, o mesmo está estruturado em dois cursos principais: o Curso de Monitor de Equitação Militar (Grau I) e o Curso de Instrutor de Equitação Militar (Grau II). Ambos os cursos são ministrados pela Escola das Armas e reconhecidos com nível 5 no Quadro Nacional de Qualificações, resultado dos protocolos existentes com o IPDJ e FEP.

Relativamente à estrutura dos cursos, o Curso de Monitor tem uma duração de 104 dias úteis e 405 tempos de formação, enquanto o Curso de Instrutor apresenta uma duração de 122 dias úteis e 675 tempos de formação. No entanto, uma fragilidade recorrente identificada pelos entrevistados prende-se com a intensidade da carga formativa e a escassez de tempo para assimilação e consolidação prática, especialmente nos momentos formativos realizados fora da Escola das Armas.

O conteúdo programático é extenso e adaptado à realidade militar, incluindo unidades de competência específicas como maneo, hipologia, pedagogia da ginástica a cavalo, trabalho de ensino e de obstáculos, bem como a análise da estrutura da Equitação Militar e dos regulamentos federativos. As avaliações são regulares e englobam componentes teóricas, práticas e pedagógicas, com ponderações diferenciadas no caso dos instrutores, valorizando as unidades mais práticas.

Apesar desta estrutura robusta, vários entrevistados referiram lacunas importantes, nomeadamente: a ausência de continuidade entre cursos, a falta de critérios objetivos para a seleção dos formadores, e a dificuldade de aplicação do modelo na prática por ausência de quadros suficientemente qualificados.

5.3 Análise do Modelo de Formação de Formadores da FEP

A análise do modelo de formação de formadores da Federação Equestre Portuguesa (FEP), correspondente ao OE2 desta investigação, permite perceber que este assenta numa lógica de progressão técnica e pedagógica por graus, conforme previsto no Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT), tutelado pelo IPDJ. Os cursos dos graus I e II integram três componentes fundamentais: formação geral (comum a todas as modalidades), formação específica (dedicada à modalidade de equitação) e estágio supervisionado. No caso do Grau I, a carga horária mínima é de 81 horas, enquanto no Grau II o total ascende a 241 horas, distribuídas de forma a garantir progressão nos conteúdos e responsabilidades atribuídas ao treinador.

A estrutura dos cursos da FEP assenta em três componentes principais: formação geral (transversal a todas as modalidades), formação específica (relativa à modalidade de equitação) e estágio em contexto real de treino. Esta estrutura revela uma clara preocupação com o desenvolvimento holístico do treinador, integrando dimensões pedagógicas, técnicas e éticas. O curso de Grau I visa preparar treinadores para iniciação à prática e coadjuvação em níveis mais avançados, enquanto o Grau II é orientado para o treino nas fases iniciais e intermédias do desenvolvimento do praticante, já com maior autonomia.

Os conteúdos curriculares revelam-se adequados à preparação técnica de treinadores em contexto civil, privilegiando a segurança, a pedagogia básica e o treino técnico inicial de cavaleiros e cavalos. No entanto, verificou-se que a carga horária das componentes pedagógicas é reduzida, quando comparada com as necessidades de um formador militar. De acordo com vários entrevistados, este modelo é útil como complemento, mas revela-se insuficiente para abranger a complexidade da formação militar, onde se exige, para além da técnica, o desenvolvimento de competências de comando, disciplina e adaptação ao contexto castrense.

É também de destacar que, embora a certificação civil represente uma mais-valia em termos de reconhecimento profissional externo, ela não substitui a formação com especificidades militares, nomeadamente no que diz respeito à doutrina equestre, à organização interna do Exército e à preparação de quadros para o ensino em contexto militar.

5.4 Análise dos Resultados das Entrevistas

5.4.1. Análise da Questão 1

P1: Qual é a sua experiência pessoal com a Equitação Militar no Exército Português?

A primeira questão, relativa à experiência pessoal dos entrevistados com a equitação militar no Exército Português, revela trajetórias marcadas por uma profunda ligação à prática e ensino da equitação ao longo das suas carreiras militares. Todos os entrevistados (E1 a E6) referem o início do seu percurso ainda durante a formação na Academia Militar ou no Colégio Militar, e uma progressão gradual desde a condição de cavaleiros até à de formadores, mestres ou responsáveis de ensino.

5.4.2. Análise da Questão 2

P2: O que é para si a Equitação Militar?

Na segunda pergunta, “O que é para si a Equitação Militar?”, as respostas convergem na perceção da equitação militar como instrumento de formação de quadros, especialmente no desenvolvimento de competências como comando, disciplina, coragem, resiliência e tomada de decisão. E3 e E4 destacam a dimensão formativa associada ao binómio cavalo-cavaleiro e à construção do “conjunto”, defendendo que esta prática ultrapassa a dimensão desportiva. E5 salienta o ciclo de ensino que articula formação, treino e prática desportiva. Já E3 manifesta preocupação com a descaracterização da equitação militar, alertando perda do seu propósito formativo face à aproximação ao modelo civil

5.4.3. Análise da Questão 3

P3: Tendo em conta a sua experiência, considera que o modelo de formação de formadores atualmente adotado pelo Exército Português responde eficazmente às exigências da Instituição Militar?

Quanto à eficácia do modelo de formação de formadores adotado atualmente, a maioria dos entrevistados (E1, E3, E5) considera que este não responde às exigências da instituição militar. As críticas incidem sobre a perda de estrutura organizacional e de continuidade (“o edifício ruiu”, segundo E1) e a fragmentação dos cursos (E3), que compromete a consolidação de competências. Apenas E2 se mostra otimista face às reformas em curso. E4 não comenta por desconhecimento do modelo atual. O diagnóstico global

aponta para a necessidade de revisão profunda (que está em curso), com reforço da componente prática, pedagógica e de estruturação institucional.

5.4.4. Análise da Questão 4

P4: Quais são, na sua opinião, os principais objetivos da formação de formadores nesta área?

Relativamente aos objetivos da formação de formadores, os entrevistados apontam a capacitação pedagógica como elemento central. E1 salienta o acompanhamento cuidadoso do binómio cavalo-cavaleiro, enquanto E2 reforça que a formação deve incidir na transmissão de métodos de ensino e não apenas na melhoria das competências técnicas do cavaleiro. E5 refere ainda a necessidade de “fechar o ciclo”, garantindo continuidade entre formação, treino e prática. As respostas revelam uma valorização transversal da dimensão formativa e metodológica do formador militar.

5.4.5. Análise da Questão 5

P5: Quais as maiores vulnerabilidades que destaca relativamente ao atual modelo de formação de formadores? Que aspetos do modelo de formação atual poderiam ser melhorados?

Relativamente às vulnerabilidades do modelo, as críticas incidem sobre a falta de continuidade (E3), a fraca prática prévia dos formandos (E5), o foco excessivo no desempenho individual do cavaleiro em detrimento da formação pedagógica (E2) e a estrutura fracionada dos cursos, que dificulta a evolução técnica e didática (E3). E1 retoma a metáfora do “edifício” da equitação militar, cuja estrutura se perdeu e que, para ser eficaz, necessita de ser reconstruída com solidez. Esta análise revela uma perceção generalizada de enfraquecimento e dispersão do modelo de formação vigente.

5.4.6. Análise da Questão 6

P6: Atualmente o Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores de Equitação encontra-se desde 2015 a aguardar que o IPDJ realize um curso experimental para que se possa, a partir daí, proceder à revisão do respetivo referencial no Exército. Qual a sua opinião relativamente ao facto de o Exército Português estar pendente de uma entidade civil para proceder à revisão dos referenciais?

No que diz respeito à dependência do Exército relativamente a entidades civis para proceder à revisão dos referenciais de formação, as opiniões recolhidas evidenciam uma evolução recente no enquadramento da situação. Enquanto a maioria dos entrevistados (E1, E3, E5) critica abertamente a subordinação do modelo militar às orientações do IPDJ, sublinhando a perda de autonomia e identidade, o entrevistado E2 clarifica que, o Exército deixou formalmente de estar dependente dessa entidade para a estruturação dos seus cursos. No entanto, e como o próprio reconhece, apesar dessa independência ter sido juridicamente garantida, a verdade é que ainda não foi implementado um novo curso, nem aprovado um referencial alternativo, o que, na prática, mantém a situação num impasse.

5.4.7. Análise da Questão 7

P7: Qual a sua opinião relativamente à Certificação Civil dos Cursos?

No que concerne à certificação civil dos cursos, as opiniões dividem-se. E1, E2, E4 e E5 valorizam a certificação como forma de reconhecimento e credibilização, defendendo a convergência dos modelos formativos. E2 realça que a certificação representa uma recompensa pelo investimento na formação, enquanto E5 alerta para a perda de valor e credibilidade dos cursos não certificados. Já E3 adota uma posição mais crítica, defendendo que o modelo militar deve ser suficientemente robusto e autónomo para ser copiado pelo meio civil, e não o contrário.

5.4.8. Análise da Questão 8

P8: Na sua opinião, como poderia ser fortalecida a colaboração entre o Exército Português e as entidades civis de modo a agilizar processos de certificação e atualização dos referenciais de formação, garantindo simultaneamente a autonomia e especificidade das necessidades militares?

Quanto à colaboração entre o Exército e entidades civis, E1 propõe a harmonização dos referenciais, enquanto E2 e E5 defendem a criação de equipas técnicas permanentes no Exército para assegurar continuidade e interlocução eficaz com a FEP e o IPDJ. E4 recupera o exemplo do modelo francês e sugere a integração da Escola Nacional de Equitação em Mafra. E3 mantém uma postura reservada, reiterando a necessidade de arrumar internamente o modelo militar. O reforço da colaboração é visto como desejável, mas dependente de uma base técnica sólida e de estabilidade institucional do lado militar.

5.4.9. Análise da Questão 9

P9: Até que ponto a aproximação do modelo de formação de formadores de equitação militar ao modelo civil da FEP, motivada pela certificação externa, representa uma evolução na qualidade da formação ou, pelo contrário, compromete a especificidade, exigência e operatividade do formador militar?

Relativamente à aproximação do modelo de formação militar ao modelo civil, motivada pela certificação externa, E1 e E5 consideram que essa convergência não compromete a identidade militar, desde que sejam mantidas cargas horárias e conteúdos específicos. E2, E3 e E4 alertam para os riscos dessa aproximação, nomeadamente a perda de exigência, operatividade e especificidade. E3 é particularmente incisivo, questionando a própria designação de “equitação militar” quando o modelo se aproxima excessivamente do civil. As opiniões dividem-se entre a valorização da equivalência e a defesa da autonomia identitária.

5.4.10. Análise da Questão 10

P10: Considerando que o modelo de formação da Federação Equestre Portuguesa visa a polivalência técnica e pedagógica dos treinadores em contextos civis, acredita que esse modelo, por si só, tem a robustez e profundidade necessárias para formar quadros no contexto da equitação militar?

Por fim, quando se questiona se o modelo da FEP, por si só, é suficiente para formar quadros no contexto da equitação militar, há consenso de que não é suficiente. Apenas E1 considera os dois modelos equivalentes. E2, E3, E4 e E5 destacam que a equitação militar exige exigências adicionais — seja ao nível da formação de comando, da especificidade técnico-operacional ou da preparação de cavaleiros com pouca experiência prévia. A formação militar exige, por isso, um modelo próprio e adaptado às suas realidades institucionais, formativas e operacionais.

5.4.11. Análise da Questão 11

P11: Deseja acrescentar mais alguma coisa?

A pergunta final – “*Deseja acrescentar mais alguma coisa?*” – deu aos entrevistados a liberdade de expressar preocupações e sugestões complementares, muitas vezes de forma

mais pessoal e crítica. Entre os contributos mais relevantes, destaca-se a ideia de que é urgente “reconstruir aquele edifício das décadas de 50 a 2000” (E1), numa referência à solidez e coerência do antigo modelo de formação. E2 reforça que o momento atual exige “recentrar a formação militar em si mesma”, antes que se perca o legado dos mais experientes. E3 lamenta que o Exército tenha deixado de ser “reconhecido na sociedade civil enquanto formador de homens de cavalos”, salientando a perda de doutrina e identidade. Por fim, um dos participantes alerta para a desmotivação crescente nas fileiras, afirmando que “tudo o que obriga a sacrifícios, tudo o que obriga a muitas horas... tem vindo a sofrer alguma atrição”, apelando a que se coloquem “as pessoas certas no lugar certo” para que a formação volte a ter impacto e credibilidade. Estas observações finais revelam um olhar preocupado, mas construtivo, sobre os caminhos possíveis para revitalizar a formação de formadores de equitação militar.

5.5. Contributos Emergentes da Análise das Entrevistas

A análise das entrevistas realizadas a antigos e atuais formadores da Equitação Militar revelou contributos fundamentais para compreender as potencialidades e fragilidades do modelo formativo atualmente adotado pelo Exército Português. As respostas permitiram validar as conclusões da análise documental e revelar as perceções de quem viveu por dentro o sistema. A análise seguiu os princípios da metodologia qualitativa e de análise de conteúdo conforme Bardin (2011), permitindo organizar os dados em categorias temáticas relevantes.

Um dos contributos mais consistentes refere-se à **necessidade de restaurar a progressão formativa**, interrompida desde 2015 com a suspensão do Curso de Aperfeiçoamento. O entrevistado **E1** descreve de forma enfática que “o edifício ruiu completamente”, referindo-se à estrutura que anteriormente envolvia monitores, instrutores e mestres, sustentada em percursos de longa duração e com uma lógica de continuidade pedagógica. Esta ideia é reforçada por **E3**, ao apontar que “o curso tem que ser um modelo continuado, não pode ser fracionado” e que deve existir “interligação entre os cursos”, ou seja, uma linha pedagógica coesa e progressiva.

Outra vulnerabilidade identificada é o **foco excessivo na dimensão técnica do cavaleiro**, em detrimento da preparação pedagógica do formador. Esta crítica foi explicitamente formulada por **E2**, que afirmou: “focamos muito no eu cavaleiro, no formando cavaleiro e não no formando futuro formador”.

A questão da **carga horária e estrutura modular** dos cursos também foi contestada. Segundo **E3**, a prática equestre exige “prática diária continuada”, sendo incompatível com a dispersão temporal dos módulos. Este ponto é reforçado por **E5**, que reconhece que a curta duração presencial dos cursos e a exigência de trabalho autónomo nas unidades “implica mais responsabilidade” e expõe os formandos a contextos onde, por vezes, “não há ninguém que tenha condições para os acompanhar”.

Uma dimensão estrutural apontada por vários entrevistados diz respeito à articulação entre o Exército e as entidades civis, nomeadamente o IPDJ, no que toca à revisão e certificação dos referenciais de formação. Embora, segundo **E2**, o Exército já não esteja formalmente dependente do IPDJ para rever os seus referenciais — dado que os cursos militares deixaram de incluir diretamente os cursos de treinador civil —, a verdade é que essa autonomia ainda não se traduziu na elaboração efetiva de novos referenciais próprios. Neste sentido, **E1** critica a perda de uma estrutura formativa militar outrora consolidada, forçada a recomeçar sob moldes civis. Já **E5** reforça esta ideia, afirmando que “Maфра tem condições para fazer isso. E se não o fez, é porque não quer até agora”, sinalizando que o bloqueio atual decorre mais de inação interna do que de obstáculos externos

Quanto à **certificação civil**, as opiniões divergem. **E1**, **E2** e **E5** reconhecem valor na certificação como forma de valorização externa, coerência nacional e empregabilidade futura dos formandos. Por outro lado, **E3** e **E4** alertam para o risco de se perder a identidade militar: “se ajustamos o curso militar à parte civil, então não é equitação militar” (**E3**). **E4** defende que é possível manter a certificação civil sem abdicar da identidade, afirmando: “salvuardas a tua especificidade para não perderes a identidade (...) mas manténs-te a par daquilo que se faz fora”.

Vários entrevistados sugerem que, para superar estas limitações, seria essencial criar **quadros especializados e estáveis** na área da formação equestre, garantindo continuidade e conhecimento institucional. **E5** refere que é necessário manter militares nesta área durante períodos prolongados, evitando o impacto negativo da rotatividade: “perdemos muito com isto, porque são processos longos (...) e se o pessoal muda constantemente, andamos sempre para trás.”

Em síntese, os contributos emergentes das entrevistas apontam para cinco direções de melhoria concreta:

1. **Reativação do Curso de Aperfeiçoamento;**

2. **Reforço da componente pedagógica;**
3. **Redução da fragmentação dos cursos;**
4. **Afirmação de autonomia institucional na construção dos referenciais;**
5. **Criação de estruturas permanentes com quadros especializados.**

CONCLUSÕES

O presente Trabalho de Investigação Aplicada centrou-se na análise crítica do modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português, procurando identificar contributos que permitam o seu aperfeiçoamento. Este objetivo emergiu da certificação civil dos cursos militares, iniciada com o protocolo celebrado em 2015 entre o Exército, o IPDJ e a FEP.

A investigação, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, baseou-se na análise documental e na realização de entrevistas semiestruturadas com formadores militares com experiência direta no terreno. Esta abordagem permitiu cruzar dados normativos e testemunhos empíricos, oferecendo uma leitura abrangente e fundamentada sobre o tema.

Relativamente à Pergunta Derivada 1 (PD1) – “De que forma está estruturado o atual modelo de formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português?” –, constata-se que o modelo prevê, teoricamente, três níveis de formação. No entanto, apenas dois cursos se encontram atualmente em funcionamento.

O Curso de Monitor de Equitação Militar (Grau I), certificado com o nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), tem como objetivo capacitar os futuros formadores com competências técnico-profissionais na área específica da equitação, adequadas ao desempenho de funções nos diversos escalões e estruturas das U/E/O do Exército.

O Curso de Instrutor de Equitação Militar (Grau II), igualmente certificado com nível 5 do QNQ, foca-se no desenvolvimento de competências mais aprofundadas, que permitem aos formandos o exercício de funções de planeamento, instrução e avaliação no âmbito da formação equestre militar.

Ambos os cursos são ministrados na Escola das Armas e incluem uma componente técnica, pedagógica e doutrinária, apresentando uma carga horária significativamente superior à dos cursos equivalentes civis. Contudo, a principal limitação estrutural do modelo atual reside na inexistência de um Curso de Aperfeiçoamento, previsto, mas suspenso desde 2015, o que compromete a progressão técnico-pedagógica dos formadores.

No que respeita à Pergunta Derivada 2 (PD2) – “Quais são as características do modelo de formação de formadores de equitação, ministrado pela Federação Equestre Portuguesa (FEP)?” –, verifica-se que este está enquadrado no Programa Nacional de

Formação de Treinadores (PNFT), sob supervisão do IPDJ, que prevê quatro níveis de formação (Graus I a IV). À semelhança do que ocorre no Exército, apenas os Graus I e II se encontram em funcionamento, não existindo ainda referenciais aprovados para os Graus III e IV.

Do ponto de vista estrutural, os cursos seguem o modelo do PNFT, dividindo-se em componente geral (transversal a todas as modalidades), componente específica (conteúdos técnico-pedagógicos da equitação) e estágio supervisionado (prática acompanhada em contexto real).

Em termos de carga horária, os cursos da FEP apresentam uma duração bastante inferior aos seus equivalentes militares. Concretamente, o Grau I da FEP tem menos 333 horas que o Curso de Monitor do Exército, e o Grau II menos 555 horas que o Curso de Instrutor.

No que concerne à Pergunta Derivada 3 (PD3) – “Que contributos podem ser implementados para melhorar o modelo de formação de formadores de equitação, militar do Exército Português?”, a análise das entrevistas permitiu identificar um conjunto de contributos concretos para o aperfeiçoamento do modelo atual. Estes incidem, sobre: a reativação do Curso de Aperfeiçoamento como elo de continuidade; o reforço da vertente pedagógica nos cursos de Monitor e Instrutor; a necessidade de reduzir a fragmentação formativa e aumentar a carga horária prática; a urgência em afirmar maior autonomia institucional na construção e revisão dos referenciais e a criação de estruturas formativas permanentes com quadros especializados.

Em suma, considerando toda a investigação realizada, é altura de dar resposta à PP: “Que contributos podem ser estabelecidos para o modelo de formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português?”, estabelecemos o seguinte:

1. **Reativação do Curso de Aperfeiçoamento**, como elo de continuidade na formação de formadores;
2. **Reforço da componente pedagógica** nos cursos existentes, distinguindo claramente o ensino técnico da formação de formadores;
3. **Redução da fragmentação dos cursos**, com maior carga horária prática e acompanhamento presencial;
4. **Afirmação de autonomia institucional na construção dos referenciais**, mantendo a articulação civil, mas sem dependência passiva;

5. **Criação de estruturas permanentes com quadros especializados**, garantindo sustentabilidade, experiência e capacidade técnica no domínio da equitação militar.

Limitações da Investigação

Quanto às limitações do trabalho, as alterações dos referenciais de curso, a interrupção do Curso de Aperfeiçoamento e a elevada rotatividade dos quadros do exército, leva a que não exista uma amostra totalmente conhecedora dos atuais moldes do curso de formação de formadores, embora compensado pela elevada experiência da mesma.

A investigação também se circunscreveu ao contexto nacional, não abrangendo comparações internacionais que poderiam enriquecer a análise.

Por fim, uma das principais dificuldades prendeu-se com o acesso a alguns documentos institucionais atualizados e com a articulação entre o discurso normativo e a prática efetiva vivida nas Unidades, exigindo uma leitura crítica constante.

Proposta de Instigação Futura

De forma a mitigar as limitações apresentadas, é recomendado para investigações futuras que se realizem mais entrevistas com uma variedade mais ampla de intervenientes, que se analise outro modelo de formação de formadores de equitação militar, por exemplo o Francês.

Para além das anteriormente referidas, ao longo das entrevistas foram levantadas outras questões que poderão dar aso a novas investigações tais como: estudar os impactos a médio e longo prazo da interrupção dos cursos de aperfeiçoamento, analisar as diferenças da equitação militar para a equitação civil, analisar se os instrutores de equitação do exército podem ser civis, e por fim, analisar a forma com encaramos a Reprise da Escola de Mafra como uma finalidade ou como um resultado do Sistema de Equitação Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo* (70th ed.). Persona.

Comissão Técnica de Equitação e Remonta [CTER] (2023). Informação nº. 03/2023 de 08 de maio: Avaliação da Equitação Militar no Exército

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. (2025). *Quadro Nacional de Qualificações*. DGERT <https://www.dgert.gov.pt/quadro-nacional-de-qualificacoes>

Federação Equestre Portuguesa [FEP]. (2020). *Regulamento Nacional De Formação De Praticantes*. Lisboa: FEP.

Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.

Instituto Português do Desporto e Juventude [IPDJ]. (2025a). *Quadro Nacional de Qualificações – Área 813 – Desporto*. DGERT. <https://www.dgert.gov.pt/quadro-nacional-de-qualificacoes>

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2025b). Programa Nacional de Formação de Treinadores. In *Portal do Instituto Português do Desporto e da Juventude*. Acedida a 12 de maio de 2025 em <https://ipdj.gov.pt/programa-nacional-de-formacao-de-treinadores>

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2020a). *Organização de Curso de Treinadores de Desporto Manual*. Lisboa: IPDJ

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2020b). *Ficha Resumo Referenciais De Formação Específica*. Lisboa: IPDJ

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2020c). *Referenciais de Formação Geral*. IPDJ. https://www.fep.pt/Portals/0/Ficheiros/Formacao/TPTD/PNFT2020_G1.pdf?ver=2F4NyLsXOqfr9MRQYmw5Ew%3d%3d

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2020d). *Referenciais de Formação Regulamento de Estágios Equitação Geral*. IPDJ.

https://www.fep.pt/Portals/0/Ficheiros/Formacao/TPTD/RE_Equitacao_v1%20REG%20es>tagio.pdf?ver=PJvKI1TIKlbwI0N5jV03Rw%3d%3d

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ] (2020e). *Organização Decurso De Treinadores de Desporto Manual*. IPDJ. https://ipdj.gov.pt/documents/20123/120442/Novo_Manual_Cursos_Final_V1_3%5B1%5D.pdf/f4b02c4e-8472-2876-4f20-192b3ae3f26c?t=1608225302240

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ]. (2021). *Referenciais de Formação Componente Específica Equitação Geral*. IPDJ. https://www.fep.pt/Portals/0/Ficheiros/Formacao/TPTD/ESPECIFICO_equitacao_v1pp.pdf?ver=3fdbCGdovBXkn7GIMMtnTQ%3d%3d

Instituto Português do Desporto e da Juventude [IPDJ] (2023). *Ficha resumo referenciais de formação específica*. IPDJ. https://www.fep.pt/Portals/0/Ficheiros/Formacao/2023/RFE_Ficha%20Resumo_Grau%201%20e%202_2023.pdf?ver=AgjV0gNFIlcDUTIFZoYF7w%3d%3d

Laureano, R. (2011). *Equitação militar – Análise das suas missões, estruturas e recursos*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria em Academia Militar, Lisboa.

Matos, L. (2005) Meio século da Reprise da ESCOLA DE MAFRA. *Revista da Cavalaria* 203499/03

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2023). *Informação N.º CTER-2023-003: Estudo da Avaliação da Equitação Militar no Exército*. Exército Português, Direção de Formação. Disponível em [documento interno].

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014). Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro: Aprova a Lei Orgânica do Exército. Diário da República, 1ª Série, nº 250, 6406 – 6413.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2015). Regulamento de Equitação Militar. Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2025). *Referencial De Curso Monitor/a de Equitação Militar*. Exército Português, Direção de Formação. Disponível em [documento interno].

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2023). *Referencial De Curso Instrutor/a de Equitação Militar*. Exército Português, Direção de Formação. Disponível em [documento interno].

Patton, M. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. (3ª Edição). Londres: Sage Publications Ltd

Quivy, R., Van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4ª Edição). Lisboa: Gradiva

Redação da Revista (2003). A Equitação Militar. Uma Perspetiva para o futuro. Revista da Cavalaria, Suplemento, n.º 1. 71-78.

Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Gradiva.

Silva, D. (2013). Equitação Militar – Análise de modelos de formação de formadores. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria em Academia Militar, Lisboa.

Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Universidade Lusíada Editora.

Souza, L. C. (2020). *Estrutura Lógica da Pesquisa Científica: texto básico para auxiliar pesquisadores*. Belo Horizonte: São Paulo. <https://www.doi.org/10.36704/9788554780265>

Victorino, B. (2011). Adaptação Da Equitação Na Guarda Nacional Republicana À Realidade Equestre Nacional. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança em Academia Militar, Lisboa.

Yin, R. K. (2001). *Case study research: design and methods* (2ª Edição). Porto Alegre: Bookman. http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A – INFORMAÇÃO DOS INTREVISTADOS

Tabela nº 11– Informação dos Entrevistados

Referência	Entrevistado	Habilitações Técnicas	Função Objeto de Estudo	Suporte
E1	Coronel Manuel Teles Grilo	Mestre de Equitação	Comandante CMEFD Diretor da ENE	Presencial (Mafra)
E2	Major João Salavessa	Instrutor de Equitação	Comandante Coudelaria Militar	Presencial (Mafra)
E3	Tenente-Coronel Aníbal Marianito	Mestre de Equitação	Comandante CMEFD	Videoconferência
E4	Coronel Cruz Silva	Mestre de Equitação	Mestre de Equitação em Mafra	Presencial (AM-SEDE)
E5	Coronel Gomes da Silva	Mestre de Equitação	Mestre de Equitação em Mafra	Videoconferência
E6	Major Pedro Carvalho	Mestre de Equitação	Mestre de Equitação na Academia Militar	Videoconferência

APÊNDICE B – GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião da Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares: Especialidade Cavalaria

Equitação Militar: Contributos ao Modelo de Formação de Formadores ministrado pelo Exército Português

Autor: Aspirante de Cavalaria Miguel Rosa

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria Tiago Pires

Coorientadora: Professora Doutora Olga Duarte

Carta de Apresentação

A Academia Militar, na sua qualidade de estabelecimento de ensino superior público universitário militar, apresenta como fase final do ciclo de estudos para os Aspirantes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana, a elaboração de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que capacita todos os alunos à obtenção do grau de mestre.

Eu, Miguel Rosa, Aspirante de Cavalaria, que me encontro a frequentar o 5.º ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria, encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação com o tema: **“Sistema de Equitação Militar: Um Estudo Comparativo”**.

O presente trabalho de investigação visa a obter contributos ao modelo formação de formadores de equitação militar, ministrado pelo Exército Português por forma a atingir o Objetivo Geral que é **“Propor contributos ao modelo de formação de formadores de equitação militar ministrado pelo Exército Português.”**

Venho por este meio solicitar a colaboração de V. Ex.^a na participação deste inquérito por entrevista, cujo objetivo é recolher e analisar informações essenciais para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em questão.

Grato pela disponibilidade e atenção.

Miguel Ângelo Arsénio Rosa
Aspirante de Cavalaria

abril, 2025

GUIÃO DA ENTREVISTA

**: “SISTEMA DE EQUITACÃO MILITAR: UM ESTUDO
COMPARATIVO”.**

ABRIL, 2025

Informação Pessoal do Entrevistado

Nome:

Posto:

Curso:

Função:

Local:

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

As suas respostas são essenciais para o cumprimento dos objetivos da investigação, pois servirão para análise, e posterior conclusão de resultados, pelo que se solicita que sejam o mais completas e detalhadas possível.

Entrevista:

- 1- Qual é a sua experiência pessoal com a Equitação Militar no Exército Português?
- 2- O que é para si a Equitação Militar?
- 3- Tendo em conta a sua experiência, considera que o modelo de formação de formadores atualmente adotado pelo Exército Português responde eficazmente às exigências da Instituição Militar?
- 4- Quais são, na sua opinião, os principais objetivos da formação de formadores nesta área?
- 5- Quais as maiores vulnerabilidades que destaca relativamente ao atual modelo de formação de formadores? Que aspetos do modelo de formação atual poderiam ser melhorados?
- 6- Atualmente o Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores de Equitação encontra-se desde 2015 a aguardar que o IPDJ realize um curso experimental para que se possa a partir daí proceder à revisão do respetivo referencial no Exército. Qual a sua opinião relativamente ao fato de o Exército Português estar pendente de uma entidade civil para proceder à revisão dos referenciais?
- 7- Qual a sua opinião relativamente à Certificação Civil dos Cursos?
- 8- Na sua opinião, como poderia ser fortalecida a colaboração entre o Exército Português e as entidades civis de modo a agilizar processos de certificação e atualização dos referenciais de formação, garantindo simultaneamente a autonomia e especificidade das necessidades militares?
- 9- Até que ponto a aproximação do modelo de formação de formadores de equitação militar ao modelo civil da FEP, motivada pela certificação externa, representa uma evolução na qualidade da formação ou, pelo contrário, compromete a especificidade, exigência e operatividade do formador militar?
- 10- Considerando que o modelo de formação da Federação Equestre Portuguesa visa a polivalência técnica e pedagógica dos treinadores em contextos civis, acredita que esse modelo, por si só, tem a robustez e profundidade necessárias para formar quadros no contexto da equitação militar?

11- Deseja acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA

Consentimento para a participação na Entrevista

O presente documento serve para garantir a minha confirmação com os termos da realização da entrevista para o presente projeto.

1. A minha participação é voluntária;
2. O projeto foi-me apresentado previamente, tive acesso ao guião antes da entrevista e foi-me explicitado de forma clara o motivo da minha participação na entrevista para o TIA em questão;
3. Encontro-me no direito de não responder a qualquer uma das perguntas que me seja questionada, bem como em caso de desconforto com o que me é solicitado, desistir da entrevista.
4. Perceciono que a pesquisa identificará o meu nome na investigação utilizando as informações obtidas nesta entrevista. Permito o uso da minha posição atual ou de posições que já tenha desempenhado para a investigação.
5. Li o presente formulário de Consentimento para a entrevista e encontro-me esclarecido quanto aos pontos da mesma.
6. Recebi uma cópia prévia do presente formulário de Consentimento para a entrevista, assinado pelo entrevistador.
7. Autorizo a gravação áudio da entrevista, a pedido do investigador

Em nome de toda a equipa de investigação, agradecemos a sua disponibilidade.

Assinatura do Participante

Assinatura do Entrevistador

APÊNDICE D- QUADRO RESUMO ENTREVISTAS

1. Qual é a sua experiência pessoal com a Equitação Militar no Exército Português?	
E1	<p>“Comecei a montar a cavalo no colégio militar, depois continuei a montar a cavalo na academia e no tirocínio. No tirocínio fiz o meu primeiro concurso completo equitação e não parei, não deixei de montar a cavalo (...). Em Mafra, fui aluno, instrutor durante vários anos, fiz o curso de mestres, fui mestre, dei cursos, e fui diretor de ensino e ainda fui comandante (...) foi a minha última função e missão no Exército foi comandar o Centro Militar De Equitação Física E Desportos.</p> <p>(...) depois continuei ligado à equitação porque estive na Escola Nacional de Equitação, fui diretor da escola nacional de equitação.”</p>
E2	<p>“Ora, em termos de cavaleiro, monto desde o primeiro ano da Alferes. Ou seja, terminei o curso, fiquei colocado na Escola de Prática de Cavalaria, vim frequentar o curso de treino físico e, logo a seguir, solicitei uma montada, atribuí uma montada e desde 2012, que como cavaleiro faço parte do sistema de equitação militar do exército português. Como formador, o primeiro curso foi tirado em 2015, estava na Academia, quando tirei o curso de monitor de equitação militar e o curso de treinador de grão e depois, em 2019, frequentei o curso de instrutor de equitação militar e treinador de equitação geral de obras. Portanto, desde 2012, quero falar que há 13 anos que estou envolvido com o sistema de equitação militar”</p>

E3	<p>“(…)tem início na academia. Primeiro ano, que era quando tínhamos equitação geral, quartas-feiras, de 15 em 15 dias (...).</p> <p>E eu, quando vou para o segundo primeiro ano, acabei por me atrair à arma de cavalaria e disse. Foi quando eu comecei a dizer assim, eu quero ser mestre de equitação. Aliás, no meu livro de curso, está lá um desenho que eu queria ser mestre de equitação. (...) Perdi muitas horas a montar a cavalo. Fiz muitos exames na academia porque montava a cavalo em vez de estudar.(...)</p> <p>Mais tarde, quando fui ao Alferes, eu não consegui ir para o curso de equitação porque os cursos de equitação, na minha altura, de 1990, o meu curso é de 1994, os cursos eram feitos, essencialmente, pela malta que vinha do Colégio Militar e que entrava para a Cavalaria. Tinham muito mais conhecimento.</p> <p>Portanto, desde sempre eu estive ligado. Em 92, quando estou no curso de Educação Física, continuo a montar a cavalo, é aí que eu começo a montar mais sozinho, a inventar muito, que é aquilo que vocês agora fazem, mas que é fundamental.</p> <p>Em 1994, finalmente, lá consegui que um comandante me autorizasse a ir fazer o curso de equitação a Mafra, em 1994. Acabei o curso, era tenente de terceiro ano.</p> <p>Quando acabei o curso em Mafra de Instrutores,(...) perguntaram-me se eu queria ficar e eu disse que queria.</p> <p>Fui para a Mafra como instrutor e a partir daí nunca mais me desliguei. Fui instrutor, fui adjunto do Coronel Portela Ribeiro, depois tive muitos anos a dar aulas em Mafra, depois fui um ano ao Colégio Militar e andei sempre à procura de ir ao curso de mestres de equitação.</p> <p>Resumindo, dez anos mais tarde, finalmente há um curso de mestres de equitação, eu faço o curso de mestres de equitação, e a seguir o Tenente Coronel Pombeiro saiu de Mafra, que ele era o mestre de equitação na altura, e fiquei eu. Portanto, estive ligado todo este percurso assim muito rapidamente.”</p>
----	---

E4	<p>“Já vinha do Colégio Militar, tinha alguma apetência ligada à parte da equitação.(...) aluno normal na Academia Militar, que entra para o primeiro ano do curso geral. (...) no final do primeiro ano escolho a arma de cavalaria. Como sabes, ao escolher a arma de cavalaria as pessoas faziam um pequeno despeneirão, que era uma aula de destreza a cavalo. (..) éramos solicitados a participar no principal evento Equestre Militar, que era a Semana Equestre Militar. (...) o Mestre de Equitação em dado momento da Academia Militar também agarrava e levava às provas que eram feitas, executadas pelas diversas unidades de cavalaria, quer provas de obstáculos, quer provas de ensino, quer provas de concurso completo de equitação.</p> <p>Depois, (...) somos promovidos ao quadro permanente, (...) fui logo com Alferes, apesar de colocado em Santa Margarida, num pelotão de carros de combate, para (...) o Centro de Militar, Educação Física e Equitação e Desportos, e vou frequentar o curso de Instrutores de Equitação (...) Como é que eu podia habilitar-me ao curso de Mestres de Equitação, que não se chama assim, ele continua-se a chamar Mestres de Equitação, mas o curso chama-se aperfeiçoamento de Equitação, tinha que ter, no mínimo, média de 14 no curso, e ser proposto pelos diferentes Mestres de Equitação para poder frequentar o curso. (...), mais tarde, vou tirar o curso em 99 de Mestres de Equitação. Ao tirar o curso de Mestres de Equitação, depois fico em Mafra, e começo a dar cursos. Tive muito tempo em Mafra, dei montes de cursos de Instrutores e de Mestres.</p> <p>(..) Desde provas civis, nacionais, internacionais, Jogos Olímpicos Militares, os Campeonatos Internacionais Militares, e provas que eu pedia autorização no âmbito da Federação Equestre-Portuguesa.</p> <p>(...) Quando era colocado em unidades operacionais ou de carros de combate ou de reconhecimento, se a unidade tinha condições para ter lá os meus cavalos, levava os meus cavalos e o tratador.”</p>
----	---

	<p>Fazia a minha vida, desde que ia à formatura da manhã até o toque de ordem, depois à hora do almoço, ou antes, das seis e meia às oito, ia tomar um pequeno-almoço, ia para a formatura, fazia a minha vida normal. Voltava a montar outro cavalo à hora do almoço, quando tinha três, e voltava a montar outro às seis e meia da tarde até às oito da noite.</p> <p>Isto era uma questão pessoal, e de gosto pessoal.”</p>
E5	<p>Fiz o curso de Instrutores (...) fiz o curso de mestres de equitação, portanto, dando continuidade à ligação à equitação militar.</p> <p>(...) também no âmbito civil, fui mantendo também a ligação à equitação civil e à FEP, por uma questão também de acompanhamento para, além das competições, de acompanhamento da formação civil, de maneira a não criar ali um poço entre as duas.</p>
E6	<p>“Primeiro de tudo, eu tirei o curso de instrutor e de mestre de equitação em Mafra, fui mestre de equitação e fui adjunto do mestre de equitação durante alguns anos e, desde que saí, tenho colaborado com o Exército em alguns estágios e alguma formação específica relativa às equipas do Exército.”</p>
2. O que é para si a Equitação Militar?	
E3	<p>“A equitação militar é aquela equitação que é praticada com fins únicos militares, porque o resto é equitação desportiva praticada por militares. A equitação militar é, muito resumidamente, aquela que se pratica na academia militar em que se utiliza o uso do cavalo com a finalidade de enriquecimento da formação dos futuros comandantes.</p> <p>A aplicação do cavalo em situações em que o cavaleiro, o comandante, o futuro comandante tem que utilizar, utiliza o seu cavalo para desenvolver as suas capacidades de comando e controle sobre um subordinado, que é o cavalo que tem vontade e que se consegue indisciplinar tão rapidamente (...) Portanto, rapidamente tira o cavaleiro da sua zona de conforto, obriga o seu cavaleiro a agir em situações de</p>

	<p>desconforto, de medo, de insegurança e com isso enriquecer as suas qualidades. Essa, para mim, é muito rapidamente a dita equitação militar, porque tudo o resto que fazemos, obviamente, que são vertentes da equitação desportiva ou formativa, que são muito parecidas com a militar. (...)</p> <p>efetivamente para perceber que se existe uma equitação militar que é distinta e que tem finalidades da equitação civil, então como é que a formação civil pode ser igual à militar?</p> <p>Podemos usar um professor civil a dar aulas na academia? Se calhar não podemos, não é? (..) Mais, recorro das fotografias que existem, da altura do Tirocínio, da Escola de Torres Novas, em que a malta fazia aquelas barreiras muito inclinadas, aquelas coisas difíceis que atentavam um bocadinho às vezes contra a própria integridade física, quer do aspirante quer do cavalo, mas aquilo era tudo para pôr à prova, a coragem para pôr à prova o cavaleiro. Portanto, é tudo aspetos que é daí que vem a questão da equitação militar. (...) eram provas de coragem, eram provas de bravura em que o cavaleiro tinha que convencer o seu cavalo a fazer aquelas coisas que eram delicadas.</p> <p>Hoje em dia não se podem fazer, porquê? Por causa do bem-estar animal, não é?</p> <p>Mas isso eram coisas da essência da equitação militar. O problema é que nós apaisanamos de tal maneira a equitação que se faz num exército, que há muita gente que já acha que é igual.”</p>
E4	<p>“Equitação militar, é uma vertente da formação, porque falamos de militar, uma vertente da formação dos quadros do Exército. E, portanto, equitação militar podes ver em duas perspetivas. Quando falas em equitação militar, falas na formação, formação de quadros, formação de pessoas, E também, obviamente, na vertente desportiva. Se bem que, para mim, a vertente desportiva tem outro nome.</p> <p>(...) a outra também é importante, é importante em termos de ambiente, dentro das unidades, dentro da própria academia, a equitação</p>

envolve o cavalo, envolve sempre as pessoas, agrupa e dá alguma chama, que é uma coisa que é apelativa para quem gosta.

Portanto, a equitação militar para mim, acima de tudo, é formação. Formar pessoas, ensinar pessoas a lidar com um instrumento que neste caso é um ser vivo, e, portanto, não é uma bola de basquete, não é um skate, não é uma prancha de surf, não é umas luvas de boxe, é qualquer coisa que obriga a um cuidado maior, (...) dois seres vivos. Um com vontade própria, o outro com vontade condicionada. O conjunto das duas peças forma um conjunto. Conjunto é quando uma peça entra em canoa outra, quando um aluno se senta em cima de um cavalo e entra em sintonia, forma um conjunto. Conjunto, cavalo, cavaleiro. Mas tu tens sempre o cuidado de perceber o cavalo e o cuidado de perceber o aluno.

Quando percebes os dois e consegues que os dois levem a bom porto um determinado número de exercícios ou de objetivos, tu consegues encontrar o conjunto. Isto é formar. E depois formamos o cavalo porque damos-lhe condições físicas para fazer um conjunto de exercícios, um conjunto de objetivos que ele atinge.

Quando falas no aluno, formas o aluno em diversas vertentes que eu não te vou agora explicar.

Tens aí, depois vês, tudo, desde... A gente falava em um monte de coisas, mas acima de tudo, o montar a cavalo tem a ver com maneira de estar, maneira de ser, tem a ver com aprumo, tem a ver com disciplina, tem a ver com destreza, tem a ver com a vontade, tem a ver com equilíbrio, tem a ver com um conjunto enorme de situações que aumentam a performance, não só pessoal, como ética, como formativa, como de carácter do cavaleiro.

Por isso é que nós dizemos que a cavaleira não é melhor nem pior, é diferente. E é diferente, uma das principais razões é porque o cavalo ajuda a ser diferente. O cavalo auxilia a ser diferente.

	<p>E, portanto, nós podemos ser melhores, mas melhores porque somos diferentes. Podemos ser piores, mas piores porque somos diferentes. (...)</p> <p>Humildade. O cavalo ensina-nos e ajuda-nos a sermos humildes, a sermos trabalhadores e a tentar alcançar objetivos que não é propriamente encestar uma bola de basquete ou fazer uma onda de surf com uma prancha ou o que quer que seja.</p> <p>Resiliência, preservação, conjunto de atributos que depois tens escritos em montes de sítios.”</p>
E5	<p>“Muito bem. A equitação militar no Exército, neste momento, e já dá uns anos desta parte, tem a ver com duas vertentes, penso que são distintas. Uma (...), a formação de quadros.</p> <p>A base, eu fiz uma vez também uma apresentação sobre isso, nós temos o propósito principal da equitação militar, atualmente, é a formação dos quadros de oficiais e de sargentos. Isto, depois, leva a que seja produzido um ciclo, que é o que faz, é o que alimenta a equitação militar.</p> <p>Nós temos formandos, seja na Academia Militar, seja na Escola das Armas, seja nesta parte de sargentos, nós temos formandos, vamos ter de ter professores, certo? E cavalos. Para ter professores, temos que formar esses professores.</p> <p>Para ter cavalos, temos de ter os cavalos em condições de participarem nas aulas consoante o nível de cada uma das aulas, ou das instruções, seja na Academia Militar, para vocês, seja em Mafra, na formação de formadores. Para haver, e, portanto, para haver os formadores, tem de haver formandos lá em Mafra. Para se manter esta prática toda, como eu disse há bocado também, tem de ser acompanhado pela prática desportiva, porque a equitação não se aprende só com os manuais.</p> <p>É uma ínfima parte dos manuais, o resto é tudo prática. E, portanto, isto leva a que se tenha de alimentar este ciclo</p>

	<p>permanentemente. Portanto, que seja, haja uma alimentação de pessoal nestes níveis, para fechar este ciclo, e os cavalos, que também não dão para sempre, por causa das lesões, por causa das idades, etc., têm também de ser repostos e ensinados para poderem praticar as várias partes. Isto é a vertente da formação dos quadros. A par com isto, aquela outra vertente que eu já falei, que é a prática desportiva. Prática desportiva a nível</p> <p style="padding-left: 40px;">militar, escolas militares, e a nível da Federação Equestre Portuguesa.</p> <p style="padding-left: 40px;">E a outra vertente é a representação pública. Isto está a cargo, por assim dizer, da reprise da escola de Mafra, nas apresentações que são feitas. E, no fundo, para mim, a equitação militar resume-se a estes aspetos.(...)”</p>
<p>3. Tendo em conta a sua experiência, considera que o modelo de formação de formadores atualmente adotado pelo Exército Português responde eficazmente às exigências da Instituição Militar?</p>	
<p>E1</p>	<p>“Ora bem, aquilo que eu possa dizer, temos de dar algum desconto à partida porque eu vivi aqui desde 1982, se não me engano, até 2003, foi quando deixei o comando do Centro, vivi uma época em que as coisas já se começavam a deteriorar, mas ainda se vivia aqui alguma consistência em termos da formação de formadores, sargentos e oficiais. Essa vivência numa fase já menos boa, mas ainda com alguma consistência leva-me a que quando agora olho para as coisas como estão, fique com os cabelos em pé. Fico horrorizado porque realmente em 20 anos, eu saí daqui em 2003 e em 20 anos perdeu-se muito, muitíssimo, perdeu-se quase tudo.</p> <p style="padding-left: 40px;">Estou a falar em termos de equitação, ainda existem os picadeiros, ainda existem os cavalos, ainda há quem monta cavalo, poucos, mas ainda há quem monta, mas o edifício ruiu completamente. Havia um edifício antigamente que era fundamental manter-se vivo, que</p>

	<p>eram os oficiais e os sargentos que montavam a cavalo, desses alguns estavam distribuídos pelas várias unidades e desses alguns faziam cursos de monitores ou de instrutores, depois alguns faziam o curso de mestres (...) daí resultava a Reprise da Escola de Mafra, que era a mostra para o exterior daquilo que se fazia na Escola Militar de Equitação e no Centro Militar de Educação Física e Desportos. Portanto, este edifício era pensado de maneira que a educação militar tivesse alguma estrutura, tivesse uma estrutura. Neste momento o edifício ruiu, não há o primeiro andar dos oficiais e sargentos que montam o cavalo, é mínimo, depois os monitores e instrutores é mínimo, os mestres deixaram, acabaram, mas continua, o exército continua a determinar que exista a Reprise da Escola de Mafra.</p> <p>Ora, isso não leva a lado nenhum, porque a reprise é uma resultante do edifício. Não é, o Chefe de Estado do Exército que diz, a reprise tem de existir, mas depois por baixo não existe o resto. E depois é claro que se perde qualidade, está tudo invertido. O que é que eu posso dizer mais?”</p>
<p>E2</p>	<p>“Sendo que é o modelo de formação que está em mudança, porque até aqui nós tínhamos apenas 3 cursos ligados à formação de formadores na área de equitação militar, vamos passar a ter 6 cursos, 3 deles mais vocacionados para a parte militar e 3 deles mais vocacionados para a formação de formadores civis, para o curso de treinadores, depois ficaram nas nossas mãos e agora sim poderá ficar mais adequado, porque, na minha opinião, o curso de grau I ou o curso de monitor no atual formato não dava todas as ferramentas necessárias para desempenho da função de monitor de equitação. Na minha ótica estava muito focado na formação de um atleta e não na formação de um formador e está nas nossas mãos alterar isso e está a ser feito esse trabalho.”</p>

<p>E3</p>	<p>“(…) Não, não concordo. Não concordo porque tenho a noção que os objetivos que decorriam, ou a finalidade última que decorria da formação, que era efetivamente aquilo que hoje é considerada a coisa mais importante da equitação militar, que é a represa da escola de Mafra, não se consegue atingir com este modelo.</p> <p>(…) o modelo de formação que existia tinha duas grandes componentes, a equitação do cavaleiro e a equitação, a educação do cavalo. Educação cavaleiro e educação cavalo. Enquanto alunos dos cursos de instrutores, ou de mestres, ou de monitores, todos os cursos tinham duas vertentes distintas.</p> <p>Uma era a educação do cavaleiro, em que o cavaleiro tinha que evoluir para, como eu dizia, que depois tínhamos que atingir objetivos em disciplinas olímpicas de ensino, obstáculos e concurso completo de equitação, os cavaleiros tinham que ganhar conhecimento, colocação em sela e conhecimentos e prática para atingirem determinados níveis em termos de competição. Depois (...) tinham que ensinar os cavalos.</p> <p>Por outro lado, era o ensino dos cavalos. Nós estávamos on job training, estávamos a aprender e ao mesmo tempo estávamos a aplicar uma metodologia que os professores nos davam para ensinarmos os cavalos. E então ensinávamos um cavalo nos níveis mínimos de ensino, outro nos obstáculos e outro no curso completo de equitação.</p> <p>O que quer dizer que toda essa situação de educação do cavalo e educação do cavaleiro, as duas concorrem para que se evolua, quer em termos equestres de cavaleiro, quer em termos de educação e ensino de cavalos dentro do exército, que depois podem ser aproveitados pelos próprios alunos do curso ou podem ser aproveitados por outras pessoas, porque uma coisa anda com a outra.</p> <p>Portanto, os cavalos faziam, num ano, a cadeira de ensino do curso de instrutores, no ano seguinte, os que não fossem, que às vezes iam com os próprios cavaleiros, que os cavaleiros pediam para ficar com eles e levavam-nos, mas aqueles que não fossem, esses cavalos ficavam</p>
------------------	---

	<p>em condições de ingressar no ano seguinte na disciplina de obstáculos, que já pressupunham o</p> <p>ensino de base, que tinham adquirido no ano anterior. A disciplina de concurso completo de equitação aparece precisamente a seguir a de obstáculos, porque um cavalo para fazer concurso completo de equitação tem que saber ensino, tem que ter experiência de obstáculos e então pode começar a saltar no cross. (...)</p> <p>O sistema, portanto, alimentava a coisa (...).”</p>
E4	<p>“(...) Eu contribuí ainda até há pouco tempo, até há um ano, a dar aulas a Mafra, em módulos de formação aos cursos de mestres, mas com matérias específicas. O modelo de formação, hoje, eu não o conheço. Estar a pronunciar-me sobre ele é estar a dizer coisas que não sei.”</p>
E5	<p>“(...) quando eu fiz o curso de equitação, o modelo era completamente diferente. Primeiro não tínhamos de fazer os vários graus e os cursos eram todos de longa duração.</p> <p>Numa primeira parte era o curso de instrutores, que era destinado só a oficiais, com uma duração de nove meses, e o curso de monitores, que era destinado aos sargentos e que tinha inicialmente uma duração de seis meses e que depois também passou a ser nove meses para se conseguir atingir cabalmente os objetivos do curso. Este novo modelo (...) que teve de ser aplicado para não divergirmos completamente do modelo adotado pela Fundação Equestre Portuguesa e na altura através da criação da Escola Nacional de Equitação, tivemos depois de adotar este modelo para que os militares não ficassem, por assim dizer, esquecidos no panorama da equitação nacional e para poder ser também validado. A legislação é uma diretiva do Exército, pelo menos eu penso que até das Forças Armadas, é que as nossas formações sejam sempre possível validadas pelas perspetivas entidades civis que tutelam essas áreas. E nesse sentido foi adotado este modelo com vantagens e desvantagens.</p>

	<p>Não há nenhum modelo que tenha só vantagens e acho que não há nenhum que tenha só desvantagens, a não ser que seja um modelo muito mau. Agora, sei vantagens e desvantagens, mas eu penso que no panorama atual penso que responde, desde que haja empenhamento de toda a gente, tanto dos formadores como dos formandos, porque a partir do momento em que os cursos não são todos de longa duração e totalmente presenciais, implica mais responsabilidade e mais trabalho da parte de todos, porque há sempre tendência para, às vezes, abdicar da parte do trabalho, porque surgem outras tarefas na altura mais prioritárias. E se me perguntares porquê que não são os cursos todos de duração de nove meses, porque podiam ser, tem a ver depois com o tempo que cada formando teria de passar fora da respetiva unidade de origem a frequentar cursos só desta área. Portanto, se fizéssemos um curso de nove meses para seguir e fazer mais um curso, e para seguir ainda fazer um curso de grau 3, também outra vez de nove meses, vocês não passavam tempo nenhum nas unidades, por assim dizer, para acabarem de passar muito tempo lá e levantaria muitas dificuldades ao nível, nomeadamente, dos comandos das unidades(...)"</p>
<p>E6</p>	<p>“no modelo em si eu não vejo grandes problemas, assim como também não vejo problemas em que o Exército faça, digamos, algumas adaptações e melhorias internas”. Contudo, sublinha uma limitação grave na aplicação prática: “quem está com responsabilidades na formação em Mafra não tem o grau 3 nem o grau 4 e, portanto, isto, por si só, já é uma limitação (...), desacreditasse o sistema que adotou”.</p>
<p>4. Quais são, na sua opinião, os principais objetivos da formação de formadores nesta área?</p>	
<p>E1</p>	<p>“(...) é preciso formadores que ajudem os sargentos e alunos das escolas da academia e do colégio, que os ajudem a fazer as coisas bem feitas e a acompanhar a progressão dos alunos e cavalo. Além do mais,</p>

	<p>este desporto é sui generis nesse aspeto em que temos sempre dois alunos.</p> <p>O aluno cavalo e o aluno cavaleiro. E este binómio tem de ser acompanhado com algum cuidado para que ambos tenham sucesso.”</p>
E2	<p>“Para mim, o principal objetivo tem de passar por ensinar ferramentas e métodos para esses formadores ministrarem a formação e passarem ensinamentos a outras pessoas. Não só dar ferramentas para o formador saber montar melhor ou pior, mas sim dar ferramentas para ele ajudar outros a melhorar. Este, para mim, será o objetivo principal da formação de formadores. Terá de ser sempre por aí e não única e exclusivamente no foco de ensinar o formador a montar melhor ou corrigir os erros do formador quando monta.”</p>
E3	<p>“Os principais objetivos já te respondi (...)”</p>
E4	<p>“(...) não sei se eu conheço o modelo, não sei quais as melhores vulnerabilidades do modelo.”</p>
E5	<p>“(...) temos de formar formadores, para os formadores darem instrução aos formandos, seja na academia, seja nos cursos, para daí se poderem ir fechando o ciclo. Em que, volto a dizer, a competição aparece como um complemento a nível prático e de objetivos a atingir nestes ciclos.”</p>
<p>5. Quais as maiores vulnerabilidades que destaca relativamente ao atual modelo de formação de formadores? Que aspetos do modelo de formação atual poderiam ser melhorados?</p>	
E1	<p>“Ora bem, decorrente disto que eu tenho dito atrás, o que é que se devia fazer? É claro que isto é um bocado utópico, eu digo assim, e escrevi isto há 20 anos quando saí daqui de Mafra (...) tem de se reconstruir o edifício.</p> <p>Eu dizia na altura que tem de se manter o edifício porque já começava a ruir. E agora ruiu completamente (...). Tem de se reconstruir</p>

	<p>o edifício e não se pode continuar nesta utopia de que a Escola de Mafra existe, a Reprise da Escola de Mafra existe, mas por baixo depois não existe nada. (...) isto é, reconstruir o edifício em termos de formação. Da maneira que se fazia antigamente resultava, se reconstruirmos o edifício vai voltar a resultar de certeza. Agora, se não reconstruirmos o edifício, se tivermos cá por baixo, os andares debaixo da pirâmide tiverem vazios, não chegamos a lado nenhum.”</p>
E2	<p>“O atual que está em vigor, antes da alteração, foca-se muito no cavaleiro, e não no formador. Ou seja, as aulas são muito dadas na ótica de, tens de melhorar a cedência à perna, faz-se assim, o ladear faz-se assado, o salto é feito assim e não no: Para ensinar alguém a saltar, devemos usar isto, podemos usar aquilo. Para ensinar o cavaleiro a ladear, usamos este exercício, usamos aquele exercício.</p> <p>Focamos muito no eu cavaleiro, no formando cavaleiro e não no formando futuro formador. E é isto que tem de ser melhorado.”</p>
E3	<p>“Para evoluirmos a equitação, é preciso uma prática diária continuada. Não é uma coisa esta questão do modelo fracionado de formação? Para mim tem um grave erro em termos Equestres, que é: em equitação. Nós não podemos fazer um módulo e daqui a 6 meses ou 2 anos ou 3 anos vir fazer outro módulo não dá. Era mau para os comandantes que tinha os oficiais 9 meses fora da unidade. (...) O que acontecia normalmente é que quando se faz um curso de equitação, a possibilidade, depois de ir parar a um colégio militar ou uma academia militar ou a Mafra, era muito grande e às tantas, os comandantes tinham ficado com aquele subalterno e de repente mandavam-lhe o concurso, achavam que era 9 meses e nunca mais o viam.</p> <p>O curso tem que ser um modelo continuado não pode ser fracionado. E só continuado e interligado. Tem que haver interligação entre os cursos e tem que haver. Essa interligação tem que permitir chegar a algum lado e um a algum lado é uma prática de equitação.”</p>

	<p>No fim último que se entenda que o que eu defendo, que é reprise, tens que atingir um nível mínimo, que consigas ensinar cavalos para a reprise e ainda montar cavalos para a recriar.</p> <p>Porque se não tiveres ninguém a alimentar os cavalos, deixam de estar em condições para serem montadas na reprise e a reprise deixa de fazer exercícios mais difíceis para fazer os mais fáceis mal comparado.(...)”</p>
E5	<p>“A primeira delas tem a ver com o curso de grau 1, logo para começar. Quando vocês vão para o curso de grau 1, normalmente a prática de equitação é muito pouca, certo?</p> <p>Tirando um ou outro que já estivesse a montar, que viesse do colégio, etc. Isso aí são casos à parte. Agora, normalmente é pouca em relação ao que era noutra altura.</p> <p>E o curso de grau 1, embora haja uma tendência para dar pouca importância, ou para atribuir pouca importância a este curso, é o curso que permite a entrada no mundo da Equitação, por assim dizer, em duas vertentes. Uma como praticante, porque para ir fazer o curso (...) tinha de ter a sela 4, que permitia, só com a sela 4 é que se pode depois fazer provas de equitação, por questões de segurança e garantir que se sabe estar a cavalo. E depois, porque é o curso que a partir dali permite começar a participar ativamente como formador de equitação, porque com o grau 1 não se pode dar aulas sozinho, mas pode acompanhar os instrutores, os graus 2 e 3, etc.</p> <p>E, portanto, essa para mim, e o curso, não é totalmente presencial, o que implica que os formandos têm de trabalhar nas suas unidades, muitas vezes sozinhos, se não houver lá ninguém que tenha condições para os acompanhar. E essa para mim é uma boa necessidade.</p> <p>Não há uma prática anterior destacada, há uma prática durante o curso que vai depois, no fundo, a maneira como nós começamos a montar, vai depois condicionar como vamos montar no futuro, em termos de colocação em sela, acordo de ajudas, etc.</p>

	<p>E, para mim, essa é uma das vulnerabilidades, que é não ser viável este curso ter mais uma carga horária presencial maior, de maneira a poderem ser acompanhados mais permanentemente do que quando estão a montar sozinhos. Depois, o curso de grau 2, atualmente é o curso de instrutores, que é o curso de grau 2, portanto é um curso, penso que ainda está um curso de 9 meses presencial, em que tem um acompanhamento permanente (...). O curso de grau 3, atualmente o curso de grau de mestres é o curso de grau 3, porque era a grau 4, agora é o grau 3, que teve de se ajustar também a esses níveis.</p> <p>O curso de grau 3, honestamente, não sei dizer que não tenha acompanhado(...)"</p>
<p>6. Atualmente o Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores de Equitação encontra-se desde 2015 a aguardar que o IPDJ realize um curso experimental para que se possa a partir daí proceder à revisão do respetivo referencial no Exército. Qual a sua opinião relativamente ao fato de o Exército Português estar pendente de uma entidade civil para proceder à revisão dos referenciais?</p>	
<p>E1</p>	<p>“Muito bem, esse problema é um problema complicadíssimo. Temos que ir um bocadinho lá atrás. Nos anos 50, foram dois oficiais a Saumur fazer o curso de Mestre de Equitação. (...).E veio, além destes dois oficiais que tinham feito o curso em Saumur, veio de França, de Saumur, veio o Capitão Santander, veio para Portugal e reestruturaram a equitação militar.</p> <p>Estruturaram, não é reestruturar, estruturaram pela primeira vez a equitação militar em Portugal. E daí resultou a tal pirâmide de que falámos atrás, e na parte do corpo de formadores, tinham os monitores, os instrutores e os mestres. Todos estes cursos foram estruturados como deve ser, com os seus referenciais, com os seus programas, com as suas cargas horárias, etc.</p> <p>Tudo impecável, tudo muito bem feito. E, pelos vistos, resultava porque a equitação militar portuguesa, nesses anos 50, 60, 70, 80, 90, teve sucesso. E, por vezes, muito sucesso.</p>

O que é que aconteceu? Nos anos 2010, se não me engano, alguém descobriu que os desportos, em geral, deviam ter quadros de formadores, com o chamado grau 1, o grau 2, o grau 3 e o grau 4. E, assim, alguém determinou, no IPDJ e na Secretaria de Estado de Desporto, determinou que os vários desportos, desde o futebol ao badminton e por aí fora, organizassem a sua estrutura em termos de formação de formadores.

E o que é que aconteceu? Aconteceu que se esqueceram que a Equitação Militar tinha isso feito há 50 anos.

E obrigaram a equitação a esquecer tudo o que tinha feito e fazer as coisas iguais ao badminton e ao futebol e ao rugby, etc. Ora, a equitação é diferente do badminton, do rugby, do handball e do futebol (...) nós temos aqui um binómio cavalo-cavaleiro e no futebol o binómio é futebolista-bola. A bola não pensa, a bola não reage, a bola não se zanga com o cavaleiro, com o cavaleiro com o futebolista e o cavalo é completamente diferente.

E, portanto, isto começa logo a estar mal à partida, porque determinaram que tudo o que estava feito na equitação militar era para esquecer e agora vamos começar de princípio. E então, em 2010, estruturaram o novo curso de grau 1, depois o grau 2 e, se eu não me engano, desde 2012 que está para ser aprovado o curso de grau 3. Neste momento, ainda não há grau 3. (...) estamos praticamente há 13 anos à espera que seja aprovado o grau 3. O grau 4 acabou, já não vai haver, penso que não vai voltar a haver, mas pronto, mas se calhar também não se justifica, admito. Acredito que isso seja uma boa opção, porque se calhar os 3 graus serão suficientes, se acabar o grau 4 não me choca.

Mas o grau 3 não existe há 12 anos. O que é que se deve fazer? O que é que se sabe fazer em relação a isto?

Não tem explicação. Lá está a Escola Nacional de Equitação, estava a estruturar as coisas, depois não se pode fazer porque a Secretaria

	<p>de Estado não deixa, depois o IPDJ não aprova, e depois não sei o que, depois não sei o que mais, e estamos nisso. E assim é difícil, não é?</p> <p>Entretanto, pois a Escola Nacional de Equitação também acabou, foi extinta, é difícil, quer dizer, dá-me vontade de dizer que a equitação militar está mal, mas a civil está péssima.”</p>
E2	<p>“De acordo com o despacho de agosto de 2023, se não estou em erro, o exército já não está dependente desta instituição civil do IPDJ. (...) Estava assim quando os cursos militares tinham na sua estrutura incluído o curso de treinador (...) Neste momento, não tendo o curso de treinador (Civil) , estamos independentes para poder fazer o nosso referencial de curso. Estamos dependentes (...) da disponibilidade de pessoas com experiência e com conhecimento para poder fazer esse referencial de curso, que são cada vez menos.”</p>
E3	<p>“(...)Neste momento é difícil de fazer o referencial de curso, porque já não há pessoas com essa capacidade. Tenho receio que já seja difícil. Quer dizer, elas ainda existem, mas já não está muito fácil para o exército fazer isso. (...)”</p>
E4	<p>“É assim, eu não tenho nada pelo contrário. Nós somos complementares em termos de ensino, com a Federação Equestre Portuguesa, ou com o Instituto Português da Juventude, o que quer que seja. São peças diferentes, mas que se podem complementar, podem conversar e devem conversar, para que?</p> <p>Para uniformizar procedimentos, ao nível das modalidades todas, por todos os efeitos, equitação militar não existe cá fora. O que é que existe cá fora? Hipismo. (...).</p> <p>Equitação militar e tu perguntaste-me, formação.</p> <p>Vertente desportiva, hipismo. (...)</p> <p>o que eu acho é que se nos englobarmos ao nível de uma escola nacional de equitação como já houve e que de repente deixou de existir,</p>

	<p>ao nível da Federação Equestre Portuguesa, se houver uma forma, porque houve conversações nesse sentido, de poder fazer, completar os níveis de formação, tal e qual como são prescritos para as outras modalidades e que possam também servir à equitação militar, encantada vida, não vejo aí problema de maior.</p> <p>Não é porque o IPDJ nos vem impor seja o que for, nem nós vamos impor o que quer que seja ao IPDJ. Mas podemos conversar e partilhar experiências, nós no âmbito da área formativa, eles no âmbito da área de organização, de estrutura equestre, hipismo, provas. Se conseguirmos migrar elementos de um lado para o outro, complementando, ganhamos os dois.”</p>
E5	<p>“O facto de estarmos pendentes, na minha opinião, é porque o exército não está a fazer o trabalho que tem de fazer.</p> <p>Porque não temos de ficar à espera de outra entidade qualquer fazer um curso experimental.</p> <p>Mafra tem condições para fazer isso. E se não o fez, é porque não quer até agora.</p> <p>Eles têm a obrigação de o fazer. E apresentá-lo à federação. E a partir daí ser validado e estar pendente.</p> <p>Que era o que se fazia antes. Que era a federação, que no início não existia quase e quase não funcionava, só a partir de determinada altura, e quando houve um boom de centros hípicas em todo lado, é que a federação começou e vem a tomar as rédeas da equitação nacional. Foi também depois quando foi criada a tal Escola Nacional de Equitação para tutelar a formação de equitação.</p> <p>Essa formação da Escola Nacional de Equitação e, conseqüentemente, da Federação Equestre Portuguesa, foi toda baseada e feita com base na formação de equitação militar. E por militares, estavam lá na Escola Nacional de Equitação. Portanto, agora, esta parte</p>

	de se estar pendente há 10 anos, ou coisa assim, de um curso de grau 3, não tem razão nenhuma de ser.”
7. Qual a sua opinião relativamente à Certificação Civil dos Cursos?	
E1	<p>“(…) a certificação civil dos cursos para mim é absolutamente lógica, tem toda a razão de ser. O Exército não pode andar a fazer uma coisa e a Federação outra. (…) a doutrina tem de ser a mesma.</p> <p>Nós devemos falar todos a mesma linguagem e, portanto, o cavaleiro militar tem de ter uma formação idêntica ao cavaleiro civil (…) O cavaleiro militar não deve aprender coisas diferentes do que aprende o cavaleiro civil porque é uma questão de unidade de (…) depois se eu quiser ensinar um cavaleiro civil, não posso porque estou desfasado da realidade civil.</p> <p>Ambas as realidades, militar e civil, devem ser coincidentes e sendo coincidentes, portanto, a formação deve ser a mesma.”</p>
E2	<p>“(…) é uma recompensa que é dada a quem se quer dedicar a esta área, que poderá abrir portas lá fora e que nos também permite a nós, Exército, continuar a ministrar formação certificada, exames de sela nas nossas instalações.(…) É uma recompensa para que um militar que esteve aqui 4 meses, 6 meses, 9 meses a formar-se, possa chegar ao final do curso e dizer assim: “consegui e no meio disto ainda consigo ter uma certificação lá fora, ainda consigo ter um reconhecimento no mundo civil daquilo que andei aqui a fazer.”</p>
E3	<p>“(…) não temos muita vantagem em tentar nos agarrar a uma certificação civil, certificação essa que está muito desorganizada. (…) embora eu perceba que nós, o exército tenha um interesse, um superior interesse, que é definido pela estrutura superior do exército, que é temos que ter o reconhecimento.(…)” eu julgo que em termos de equitação militar, e por isso é que eu te dizia o que é equitação militar, era importante arrumar a coisa internamente sem estar preocupado com</p>

	<p>aquilo que eventualmente se faz lá fora. Porque eu tenho para mim que aquilo que nós fizemos, e se funcionar, eles vêm copiar para fazer o modelo lá fora. Portanto, deve ser uma coisa feita dentro do exército que o meio civil vai querer copiar, e não o inverso.(...)"</p>
<p>E4</p>	<p>“ (...), todos os cursos que eram dados no exército, eram homologados na Federação Equestre Portuguesa. Se eram homologados na Federação Equestre Portuguesa, eram homologados no Instituto Português do Deporto e da Juventude, porque a Federação é uma entidade que depende dessa área específica, fundamental. A partir de determinada altura, isso foi posto em causa, porquê?</p> <p>Porque o nosso modelo continuou o que era e eles mudaram de modelo. Lá está a formação de formadores. Portanto, caminhos diferentes, homologações diferentes, os nossos cursos de instrutores, de monitores, de instrutores e mestres, deixaram de ser homologados na Federação.</p> <p>Foram homologados até ao ano de 2000 e qualquer coisa, eu já não me lembro. E nós passámos a fazer algumas formações no âmbito da Federação Equestre Portuguesa que, para o exército, valem zero. Ok?(...)</p> <p>Se conseguir, lá está, que as duas entidades possam valorar a formação que é dada na área militar, se acharem que tem interesse e que tem lastro e que tem histórico com as novas metodologias do IPDJ, por mim, tudo bem. Agora, o exército tem de assumir que ao mandar alguém fora tirar um determinado curso, esse curso tem de estar dentro da instituição, dentro da organização e exército, tem de estar homologado e tem de determinar qualquer coisa. Eu não vou tirar um curso e depois esse curso não me serve para nada nem determina na minha folha de classificação quantitativa ou qualitativa um determinado valor. Isso tem de acontecer. Não sei se acontece, não acontece, se é essa a intenção, se não é, isso é uma coisa que tem de ser conversada. Está bem?"</p>

E5	<p>“Para mim é muito importante porque se não se não for reconhecido, perde a credibilidade. Por muito bom que seja, perde a credibilidade, que é mesmo assim. Atualmente, nos dias de hoje, quem fizer as coisas domesticamente, só por assim dizer, pode estar muito bem feito, mas acaba por perder a credibilidade e cumulativamente acaba por perder algum valor.</p> <p>Porque depois, só ficamos, se não forem certificados pela Federação e pelo IPDJ, só podemos dar formação ao nosso pessoal. E não podemos nunca nem colaborar com a Federação nas formações civis que fazem, nem podemos receber alunos da Federação nos nossos cursos, como sempre aconteceu.”</p>
E6	<p>“sim, a certificação civil é bom que haja, mas não é essencial (...) essencial, na minha opinião, era termos bons formadores a dar os cursos”</p>
<p>8. Na sua opinião, como poderia ser fortalecida a colaboração entre o Exército Português e as entidades civis de modo a agilizar processos de certificação e atualização dos referenciais de formação, garantindo simultaneamente a autonomia e especificidade das necessidades militares?</p>	
E1	<p>“ Eu penso que é muito simples, estando as coisas estruturadas na Federação Equestre Portuguesa, o grau 1, o grau 2 e o grau 3 (...) é tão simples como transpor os referenciais dos cursos para a Equitação Militar. Enquanto nós damos aqui o curso de grau 1, ele deve ser igual ao que é dado num centro hípico civil. E se dermos o grau 2 aqui, também deve ser igual ao grau 2 que é dado na escola profissional agrícola de Alter de Chão, por exemplo.</p> <p>E o grau 3 é a mesma coisa quando houver, não há razão para ser diferente. Só há vantagens, não é? Mas é preciso que quando se dá o curso de grau 1, estar garantido que esse curso vai ser aprovado e reconhecido pela Federação.”</p>

<p>E2</p>	<p>“Não é fácil. Nós infelizmente fomos ultrapassados pela Guarda Nacional Republicana nesta relação. Até porque a Guarda Nacional Republicana se meteu dentro da própria Federação com elementos e esta relação não foi enfraquecida para o lado do Exército, mas perdeu algum peso. Está-se a trabalhar para que seja novamente uma relação fortalecida, uma colaboração forte. Não há assim grande coisa que se possa fazer, a não ser que rapidamente nos unamos, levantemos os cursos todos e estejamos nós a puxar o curso experimental, por exemplo, do grau 3 para aqui, que não seria uma má ideia para fortalecer, ainda aproveitando o protocolo existente (...) da reformulação das infraestruturas que aqui vão acontecer, em que a Federação Equestre Portuguesa está envolvida.”</p>
<p>E3</p>	<p>“(...) eu julgo que em termos de equitação militar, e por isso é que eu te dizia o que é equitação militar, era importante arrumar a coisa internamente sem estar preocupado com aquilo que eventualmente se faz lá fora. Porque eu tenho para mim que aquilo que nós fizemos, e se funcionar, eles vêm copiar para fazer o modelo lá fora. Portanto, deve ser uma coisa feita dentro do exército que o meio civil vai querer copiar, e não o inverso.(...)”</p>
<p>E4</p>	<p>“Sim. Sempre houve ligação estreita entre o Exército Português (...) e as entidades civis umas vezes melhor, outras vezes (...) eles iam a Mafra validar os cursos e agora estão a pedir que seja Mafra, quando falo Mafra, Mafra -Exército, (...) agora, querem que seja o contrário que a gente vá validar os nossos cursos através da formação deles às formações deles eu não vejo mal nenhum nisso desde que não haja prejuízo para nenhuma das partes</p> <p>Que ambas as partes mantenham a sua autonomia interna, externa, e que o valor dos cursos dentro e fora seja o mesmo.(...)</p> <p>Inclusive quisemos puxar a Escola Nacional de Equitação para a Mafra, dentro da estrutura da Escola Militar de Equitação, e passava à Escola Nacional, como é em França. Em França, aqui há 30 anos, tu</p>

	<p>tinhas Cadre Noir, que eram os homens da Escola Prática de Cavaria em Saumur. A antiga nossa Escola Prática de Cavaria em Santarém.</p> <p>Os indivíduos tinham lá uma Escola de Formação de Equitação, Equitação Militar. A 10 quilómetros de Saumur, fizeram uma Escola Nacional de Equitação (...) Esse modelo já existe em França há 30 anos. Esteve aqui para arrancar da mesma forma, nunca arrancou. Porque entenderam que a escola deveria ser formada em Alter. E foram fazer obras em Alter e fizeram um monte de coisas em Alter e gastaram dinheiro em Alter. Esqueceram-se que a Alter fica longe e que ninguém vai a Alter</p> <p>E agora, estão a pensar nisso para a Mafra.”</p>
<p>E5</p>	<p>“Eu, na minha opinião, penso que era importante conseguir criar uma equipa de militares que estivessem ligados a isto a médio e longo prazo. Porque a equitação, como outras áreas do Exército,(...) tem uma parte muito técnica e muito específica, que não se aprende de um dia para o outro, nem de um mês para o outro, nem de um ano para o outro. Eu penso que a equitação militar perde muito com a rotatividade de pessoal imposta pelas nossas normas de nomeação e colocação de pessoal, porque não dão continuidade, são processos longos, esses processos de certificação das formações são processos longos, porque implica, desde o início da elaboração dos referenciais, que são complexos.</p> <p>E, desde o início da elaboração dos referenciais, há depois um acompanhamento e há uma estreita ligação, não pode ser só uma colaboração ligeira, tem que ser uma estreita e permanente colaboração com a Federação Equestre Portuguesa, principalmente depois, através dela, com o IPDJ, mas principalmente com a área da formação da Federação Equestre Portuguesa, para que isto possa andar. E se tivermos os militares que estiverem nesta área a mudar de funções, quando alguém entra de novo, vai praticamente demorar tempo até apanhar o processo</p>

	<p>no estado em que ele já devia estar, ou seja, vamos andar um bocadinho para trás para depois andar um pouco para a frente.</p> <p>Isto é assim, eu acho que perdemos muito com isto, porque implicava, eu penso que implicava uma criação de um quadro orgânico específico para isto, de maneira que se conseguisse manter o pessoal ligado a esta área em permanência, para conseguir contribuir ativamente para isto e não ser uma situação só de passagem.</p> <p>Eu acho que isto era fundamental, que a colaboração entre o Exército e a Federação era através de uma permanência maior de militares nas funções da equitação, nas áreas da equitação.”</p>
<p>9. Até que ponto a aproximação do modelo de formação de formadores de equitação militar ao modelo civil da FEP, motivada pela certificação externa, representa uma evolução na qualidade da formação ou, pelo contrário, compromete a especificidade, exigência e operatividade do formador militar?</p>	
<p>E1</p>	<p>“Eu acho que não compromete nada. (...) estou de acordo que os cursos devem ser iguais (...) devíamos pugnar para que os nossos cursos tivessem a qualidade suficiente para que alunos civis, cavaleiros civis, quisessem vir cá fazer os nossos cursos.”</p>
<p>E2</p>	<p>“Na minha opinião compromete, até porque se olharmos à certificação civil, ela é feita para cavaleiros já com muita experiência, já com alguns anos disto, se calhar alguns deles já ministram formação e estão só neste momento a procurar o papel para certificar essa formação e para poderem gerir os seus centros hípicas, para poderem ser os responsáveis técnicos pelos seus centros hípicas, e nós no Exército não temos esta qualidade. Muita gente que gosta desta área e depois querem mudar por esta área, se calhar aprendeu a gostar na academia ou pouco antes, nunca deu aulas e vem para um curso de monitor sem nunca ter dado uma aula ou só com o seu conhecimento pessoal e é preciso</p>

	<p>transformar esse cavaleiro num formador. Portanto, eu penso que nós queremos adaptar a nossa formação àquilo que é a formação civil nos dá muitas lacunas. Eu posso dizer que passei um bocadinho por isso (...) montávamos-mos para a academia, montei durante a academia, montei depois da academia, mas nunca tinha dado uma aula de equitação. Quando vinha aos cursos, já apanhei esta formação de juntar as duas coisas, ou seja, o curso militar dá logo a certificação civil e saí dos cursos com a noção que não conseguiria dar imediatamente uma aula.(...)”</p>
<p>E3</p>	<p>“(...)Ora bem, voltando, levo-te outra vez para a questão. O que é equitação militar? O que é que nós queremos disto?</p> <p>Para onde é que nós queremos ir? Quando nós ajustamos o curso militar a um curso civil, ocorre-me perguntar, porquê que chamamos equitação militar se estamos a ajustar a nossa formação à parte civil? Não é? Então não é equitação militar, cara. Isso é equitação. É o que ocorre-me perguntar.</p> <p>Porquê que é equitação militar? Se nós ajustamos os modelos àquilo que são as formações civis, então não é equitação militar. (...)</p> <p>Eu o que queria numa aula de equitação era que eles se superassem em eles próprios, percebessem, eu consegui pensar, eu consegui dizer ao cavalo, quero vir para a esquerda, e o cavalo foi, e desviando daquele, e foi para a direita, e depois pedi galope, o cavalo fez galope, depois ele quis parar, ele parou. Essa, porque no fundo, a equitação dentro da Academia Militar, essa é a finalidade, é utilizarmos o cavalo para nos enriquecer enquanto comandantes, enquanto pessoas que tomam decisões.(...)</p> <p>Portanto, eu sou defensor de que os nossos programas devem ser os nossos programas, a nossa metodologia deve ser a nossa metodologia e a nossa duração dos cursos tem que ser encontrada de forma a que, no final, nós consigamos estar ao nível dos outros. E se for preciso, vamos fazer o exame ao mesmo tempo com eles e, se calhar, até temos melhor nota.”</p>

<p>E4</p>	<p>“Salvaguardas a tua especificidade para não perderes a identidade. Ok?</p> <p>Mas manténs-te a par daquilo que se faz fora. Porque senão é contraproducente, (...) Mas a minha identidade eu devo manter. (...) Eu tenho que manter a minha especificidade, a minha identidade, em função da formação que tenho. E isso não atropela a formação que eu tirei fora, mas aumenta e mantém a identidade que eu quero que o meu aluno, cadete de cavalaria, oficial de cavalaria, ou o que quer que seja, tenha, com a ajuda da formação, que eu lhe posso proporcionar através dos cavalos. E isso tem-se tudo escrito.”</p>
<p>E5</p>	<p>“Não compromete. Para os cursos serem certificados têm de ter uma carga horária, por exemplo, de 200 horas de formação da FEP. Nada nos impede de para além dessas 200 horas, darmos mais 50 ou 100 horas de curso estritamente militares.”</p>
<p>10. Considerando que o modelo de formação da Federação Equestre Portuguesa visa a polivalência técnica e pedagógica dos treinadores em contextos civis, acredita que esse modelo, por si só, tem a robustez e profundidade necessárias para formar quadros no contexto da equitação militar?</p>	
<p>E1</p>	<p>“Eu acho que sim, (...) tenho o seguinte princípio, a equitação militar e a equitação civil são a mesma coisa, (...) Isto é, a equitação militar, não é diferente da civil, porque a segurança existe nas duas vertentes, e por aí fora, portanto a equitação é equitação, não é militar e civil.</p>
<p>E2</p>	<p>“Não, exatamente por causa disto que tu dizes. O curso da Federação Equestre Portuguesa está ligado ao IPDJ, (...) no curso de grau 1, falamos de se calhar, 30 horas. O que é que são 30 horas para formar um formador na área da equitação? Ainda para mais, se não tiver conhecimentos de base como formador da área ou se não tiver alguma</p>

	<p>prática como formador da área. É bom para o mundo civil, acho que à nossa realidade não se adapta minimamente.”</p>
E3	<p>“Eu acho que não dá, não funciona.</p> <p>O modelo civil tem coisas iguais à militar. Os professores de equitação, de uma forma geral, têm troncos comuns e têm coisas muito próprias ao destino exclusivo, único da equitação (...) o nível de conhecimento anterior dos alunos que ingressam num curso civil ou num curso militar. O curso militar vai ter muito mais dificuldade em encontrar um nível de início desse curso ao mesmo nível do que aquele que é encontrado na sociedade civil, mas eu entendo que não será impeditivo para que não se estabeleça quer um programa de curso, quer</p> <p>uma duração de curso, que assegure que se atingem esses objetivos, mas também que se consegue garantir que o exército não fica a perder na formação final porque a duração do curso ou o programa do curso tem que ser diferente. Portanto, a ideia é garantir que atingimos o nosso objetivo e aquilo que se faz lá fora não vai servir para nós. O nível do praticante é distinto. (...)”</p>
E4	<p>“Não, acho que não. Acho que é um complemento, é um bom complemento, principalmente para a vertente desportiva. Lembra-te sempre, uma coisa é o hipismo, que é a vertente desportiva da equitação militar.</p> <p>A equitação militar é a identidade que nós temos na formação dos nossos quadros. Depois, através desta identidade, eu posso usar na minha profissão, ou usar nos meus momentos lúdicos.</p> <p>Nos meus momentos lúdicos é querer fazer provas e montar a cavalo e ser um indivíduo igual ao civil, só que apareço fardado. E quero ir fazer e disputar com ele provas equestres. Isso é a vertente desportiva, chama-se hipismo.</p> <p>Não mistura hipismo com equitação militar”</p>

E5	“Vai ao encontro daquilo que falámos(...)”
E6	“nenhuma das instituições, neste momento, consegue aplicar o modelo na própria instituição”
11. Deseja acrescentar mais alguma coisa?	
E1	“Olha, se isto servir para que alguém um dia, um dia que não seja daqui muitos anos, que seja brevemente, diga assim, se calhar devíamos reconstruir aquele edifício das décadas de 50 a 2000, para ver se isto volta a ser uma escola com qualidade e com prestígio, se isso acontecesse era ótimo.”
E2	“Não, como disse ao longo da entrevista, é um trabalho que neste momento está nas nossas mãos, compete-nos a nós, (...) Eu acho que nós não nos podemos agarrar, (...) ao civil, temos de ter a nossa formação, até porque se calhar o que existe hoje no civil partiu da casa militar, voltar a olhar para nós, voltar a centrar-nos em nós e ver o que é que nós queremos fazer. Até porque os velhinhos, os experientes, estão a acabar e temos de aproveitar ainda tanto os ensinamentos que eles têm para nos passar (...).
E3	<p>“(..) Éramos reconhecidos na sociedade civil enquanto formadores de equitação e homens de cavalos e de repente nós perdemos esse know-how e passámos a ir buscar lá fora a quem não tem uma noção concreta de doutrina, de metodologia, de escola e perdemos a nossa escola. E perdemos a nossa doutrina. E isso para mim é uma falha muito grave.</p> <p>Aquilo que nós fazíamos em termos de professores de equitação, nós durante anos formávamos os melhores professores de equitação que Portugal tinha. Aliás, numa certa altura éramos os únicos. Mas mesmo</p>

	<p>depois, quando havia outras escolas, a formação militar sempre foi muito mais forte.</p> <p>E não era só pelos conteúdos do curso. Obviamente que depois tem as vantagens da vivência militar, que leva-nos para aquela questão das vantagens de um serviço militar obrigatório.</p> <p>Porque o curso era um curso, não era militar, mas a vivência e aquilo que se colhia, os ensinamentos, eram equestres, eram de homens de cavalos, era de rigor, era de organização, era tudo isso que nós ensinávamos.(...)”</p>
E4	<p>“Não. Tenho coisas aí para tu passares os olhos. Isso é uma coisa que se lê rápido, ficas com um contexto de cada uma das décadas e o que é que eu, pessoalmente, vivi desde 1980, 79, quando entrei para a academia, até 2010.”</p>
E5	<p>“Não, penso que ao longo da entrevista fui tocando em todos os pontos relevantes.”</p>